COPERSUCAR
Alimento e Energia Limpa para o Planeta

COPERSUCAR S.A.
CNPJ 10.265.949/0001-77
www.copersucar.com.br

RESULTADOS ANO SAFRA
2011 - 2012

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício encerrado em 31 de março de 2012 ("Ano Safra") foi um ano particularmente difícil para o setor sucroenergético brasileiro, afetado por diversos fatores conjunturais que prejudicaram a produtividade e a rentabilidade, entre eles a quebra da safra motivada por alterações climáticas. A Copersucar, no entanto, conseguiu manter a sua rota de crescimento, com um desempenho comercial e financeiro positivo, o que reforça o acerto de seu modelo de negócio e de gestão.

A par das dificuldades conjunturais, a Copersucar considera importante reafirmar não só o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Empresa e do setor sucroenergético brasileiro, mas também a sua convicção de que a indústria da cana-de-açúcar aproxima-se de novo ciclo virtuoso, com a geração de valor para toda a cadeia produtiva e relevantes ganhos ambientais e sociais.

As razões para este otimismo residem na qualidade dos resultados apresentados pela própria Copersucar, bem como na análise do cenário futuro que se apresenta, fundamentado em um robusto programa de investimentos e de recuperação da competitividade, com a superação de fatores conjunturais adversos.

Acreditamos no espírito expansionista e empreendedor que guia o setor sucroenergético no Brasil. Somos o país com melhor capacidade produtiva e margem de expansão, detentor de recursos naturais e amplo conhecedor da tecnologia, o que nos dá condições para otimizar ainda mais a exploração da cana-de-açúcar como fonte de alimento e energia limpa e renovável para o planeta. Premissa para qualquer expansão, a demanda tanto por açúcar quanto por etanol tem crescimento contínuo. Não bastassem os benefícios ambientais da utilização do etanol, a cultura da cana-de-açúcar ainda conta com grande potencial de expansão de sua produtividade, não só a partir de ganhos nos processos agrícola, industrial e logístico, mas, sobretudo, com a introdução de inovações tecnológicas disruptivas, como novas variedades da planta e a produção de etanol de segunda geração.

É nesse contexto que a Copersucar se apresenta como um "player" diferenciado no setor sucroenergético, pronta para responder aos desafios do presente e continuar crescendo, com excelência operacional na integração logística da cadeia de valor, competitividade nos mercados e rentabilidade nos resultados, e sustentabilidade na harmonização dos pilares econômico, social e ambiental, que suportam os resultados presentes e as projeções futuras.

Ao longo do último triênio, aprimoramos nosso modelo de governança corporativa, com o fortalecimento dos instrumentos de gestão em consonância com as exigências da legislação pertinente às Sociedades Anônimas e as melhores práticas do mercado, tendo em vista a perspectiva de listagem da Companhia no Novo Mercado da BM&FBovespa. Diante das circunstâncias desfavoráveis do mercado financeiro global, precipitadas a partir de julho de 2011, o projeto de Oferta Pública de Ações da Companhia foi postergado, com a preservação dos avanços incorporados ao modelo de gestão. Algumas das principais mudanças foram a inserção de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração, a criação de comitês permanentes de apoio ao Conselho e o aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

Amparado pelo avançado nível de governança corporativa e pela clareza do direcionamento estratégico, estabelecido pelos acionistas e posto em marcha pela Diretoria Executiva, o modelo único de negócio da Copersucar nos permitiu alcançar um desempenho favorável diante das condições adversas do mercado e estabelecer como meta a liderança mundial no setor sucroenergético, com crescimento acima dos principais indicadores do setor. Com esse objetivo, a Copersucar colocou em execução na última Safra seu plano de investimentos de R$ 2 bilhões, previstos até 2015, destinados a reforçar o sistema integrado de logística e fortalecer o modelo de negócio.

Os resultados obtidos no período e apresentados neste Relatório comprovam a assertividade de nosso modelo, que preza por escala e competitividade. A estrutura da Companhia confere eficiência logística, enquanto as Unidades Produtoras Sócias dão regularidade ao atendimento da demanda mundial por açúcar e etanol. Com a parceria das 50 usinas originadas, conseguimos aumentar ainda mais o volume de produtos para atender às necessidades dos clientes, configurando o que chamamos de "consolidação da oferta".

Temos convicção, também, de que a sustentabilidade é um requisito indispensável para a perenidade do negócio, em seus três pilares conceituais: econômico, social e ambiental. Por essa razão, definimos como nossa principal missão o engajamento contínuo das Unidades Produtoras Sócias. O objetivo é fomentar a evolução de cada uma delas em boas práticas socioambientais e gerenciamento de seus impactos. Desde que iniciamos o trabalho, já percebemos resultados significativos, especialmente em relação aos temas de emissões de gases de efeito estufa (GEE's), recursos hídricos e biodiversidade, definidos como prioritários. A obtenção do certificado Bonsucro *(Better Sugar Cane Initiative)*, por cinco das 48 Unidades Produtoras Sócias, e também pela Copersucar, como gerenciadora da cadeia de custódia, é outro importante destaque do engajamento ao longo da última safra. O selo Bonsucro analisa boas práticas sociais e ambientais na cadeia de produção e é valorizado pelo mercado internacional. Esta relevante conquista soma-se à aprovação anterior de 39 usinas sócias no registro do *Renewable Fuel Standard* (RFS-2), padrão norte-americano de exigências ambientais para importação de etanol, e também no registro do *California Air Resources Board* (CARB), que exige a adequação dos produtos ao *Low Carbon Fuel Standard* (LCFS).

Com um portfólio que, a rigor, segue padrões estabelecidos mundialmente e não se diferencia dos demais competidores nos mercados de commodities em que atua, a Copersucar prima pela qualidade de seu relacionamento com os seus diversos públicos de interesse como fator decisivo para o estabelecimento de vínculos duradouros. Para agregar valor a estas relações e alcançar a ambição estratégica de liderança mundial na comercialização de açúcar e etanol, a Copersucar vem investindo vigorosamente em escala, eficiência e atuação responsável, contribuindo para que o Brasil continue exercendo seu protagonismo no setor sucroenergético mundial.

Esta trajetória de sucesso não teria sido possível sem a confiança e o apoio dos acionistas, o trabalho integrado junto às Usinas Sócias, a dedicação e o empenho dos funcionários e a proximidade com os clientes. Agradecemos, assim, a todos os públicos que se relacionam com os negócios da Copersucar, e reiteramos a nossa firme convicção no futuro promissor que temos pela frente.

Luís Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

1. PERFIL E ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A partir de sua constituição como empresa de capital, em 2008, a Copersucar intensificou a sua capacidade de integrar todos os elos da cadeia do setor sucroenergético, do produtor ao cliente final, viabilizando a oferta de produtos em larga escala e em âmbito global. Esse diferencial, único no mercado e de difícil replicação, está amparado na parceria entre a empresa e as 48 Unidades Produtoras Sócias e na capacidade logística da Companhia. Com capacidade de moagem de 115 milhões de toneladas de cana, as 48 Usinas Sócias têm contrato de fornecimento cativo de sua produção para a Copersucar, preservando a propriedade e autonomia gerencial de suas empresas. As facilidades logísticas, formadas por terminais coletores junto aos polos produtores, capacidade de armazenagem e transporte em larga escala e o Terminal Açucareiro no Porto de Santos (SP), viabilizam o acesso aos clientes em todos os continentes do mundo. Completa esse modelo a contratação de produção, tanto de açúcar quanto de etanol, junto a usinas originadas. No Ano Safra, a compra de produtos de usinas originadas respondeu por 22,4% do volume comercializado pela Companhia. A soma dessas capacidades permite à Copersucar caracterizar-se pela consolidação em larga escala da oferta, em contraposição à concentração da produção, e garante à Companhia a condição de maior comercializadora brasileira de açúcar e etanol integrada à produção, com participação de 22% na produção da região Centro-Sul do País na última safra, considerando o total de cana moída.

A convicção acerca da eficiência desse modelo, *vis à vis* os resultados obtidos nas últimas duas Safras, reforça a visão estabelecida pela Copersucar em seu plano estratégico, de alcançar 30% de participação na produção de cana do Centro-Sul brasileiro até 2015 e afirmar-se como líder mundial na comercialização de açúcar e etanol.

2. INVESTIMENTOS

O plano de investimentos da Copersucar prevê a inversão de R$ 2 bilhões em projetos de infraestrutura logística até 2015, dos quais cerca de R$ 300 milhões foram investidos na Safra 2011/2012. Os projetos compõem uma plataforma integrada, com o objetivo de dar maior eficiência às operações a partir da combinação de capacidades de armazenagem, recepção, transporte e embarque de produtos, sempre em larga escala. No produto açúcar, o sistema integra terminais multimodais instalados no interior do Estado (Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), com vagões dedicados junto às operadoras das ferrovias (FCA e ALL, respectivamente), e o Terminal Açucareiro Copersucar, no Porto de Santos, cuja capacidade de expedição será duplicada, para 10 milhões de toneladas ano, a partir dos investimentos iniciados em 2011. Para o etanol, o principal investimento da Copersucar é a participação, com 20% do capital, da Lógum, empresa responsável pela construção do etanolduto que ligará os principais polos produtores do biocombustível aos centros consumidores. Em paralelo, a Companhia já deu início às obras de construção do Terminal de Tancagem de Paulínia, que será integrado ao etanolduto, com capacidade de armazenagem de 180 milhões de litros em sua primeira fase e início das operações previsto para 2014.

3. ANÁLISE SETORIAL

O Ano Safra encerrado em 31 de março de 2012 foi o terceiro período consecutivo de produção de cana-de-açúcar em volumes aquém da capacidade de processamento das Usinas, tendo como reflexos o aumento da ociosidade e a consequente pressão sobre os custos, com aperto generalizado das margens. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), entidade que congrega empresas do setor sucroenergético, a moagem da planta na região Centro-Sul (responsável por 88% da produção nacional) foi de 493,3 milhões de toneladas de cana no período, 11,4% abaixo do volume registrado no Ano Safra 2010/2011 (556,7 milhões de toneladas).

Na Safra 2011/2012, a produção de açúcar da região atingiu 31,3 milhões de toneladas (queda de 6,5%) e 20,5 bilhões de litros de etanol (redução de 19,1%). Para o mercado externo, foram destinados 22,1 milhões de toneladas de açúcar e 1,85 bilhão de litros de etanol.

A perda de produtividade verificada no período recente é ainda reflexo da crise financeira global iniciada em 2008, que provocou forte retração dos investimentos e do crédito e reduziu significativamente o número de novos projetos de "greenfield" (novas unidades produtoras) e mesmo a renovação dos canaviais, esta só retomada em maior escala a partir do último ano. O quadro foi ainda agravado pela ocorrência de fenômenos climáticos, como geadas e estiagens, que ocasionaram drásticos reflexos nas lavouras ao longo do período.

Apesar dos fatores restritivos ainda existentes no cenário de curto prazo, acreditamos que as perspectivas no médio e longo prazos são promissoras, e a Copersucar está pronta para responder aos desafios do presente e manter o ritmo projetado de crescimento. Nossas projeções indicam que a demanda é crescente e sustentável, tanto para açúcar quanto para etanol, nos mercados interno e externo. Dispomos de recursos naturais abundantes e a matéria-prima mais benéfica ao meio ambiente para produção de energia, que é a cana-de-açúcar. Não menos relevante, a competitividade da indústria brasileira tem potencial de significativa melhoria através de inovação tecnológica. Por todos esses fatores, temos convicção que o Brasil tem plenas condições de mais que dobrar o fornecimento de etanol para a frota brasileira na próxima década, ampliar a sua liderança no mercado mundial de açúcar e reduzir os custos de produção, com o uso intensivo de tecnologia e investimentos em logística.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em um Ano Safra caracterizado pelo acúmulo de fatores adversos, a Copersucar atingiu um desempenho significativamente superior à média do setor. A soma da moagem de cana-de-açúcar em suas Usinas Sócias e da produção originada em Usinas não sócias atingiu 109,3 milhões de toneladas, um crescimento de 13,1% em relação ao Ano Safra anterior, o que repercutiu favoravelmente nos volumes de produção e comercialização de açúcar. No segmento de etanol, a soma da produção das Usinas Sócias e originadas manteve-se praticamente em equilíbrio, comparativamente ao ano anterior.

AÇÚCAR

No Ano Safra, a Copersucar comercializou um total de 6,96 milhões de toneladas de açúcar, volume 11,1% superior ao realizado no período anterior. Desse total, 4,42 milhões de toneladas foram fornecidas pelas Usinas Produtoras Sócias, enquanto o volume restante, de 2,54 milhões de toneladas, foi adquirido de usinas produtoras não sócias (originadas).

As exportações de açúcar somaram 5,12 milhões de toneladas, com crescimento de 8,5% sobre o volume exportado no Ano Safra anterior. Assim como no período anterior, os principais mercados clientes foram países do Oriente Médio e da Ásia. As vendas para a América Latina, incluindo o Brasil, atingiram 1,83 milhão de toneladas, com crescimento de 19%, em função da expansão e fidelização da base de clientes.

ETANOL

Em um ano particularmente difícil para o abastecimento interno, em função da perda de competitividade do etanol e do contínuo aumento da demanda potencial com o crescimento da frota de veículos flexfuel, a Copersucar comercializou 3,68 bilhões de litros, sendo 47% de etanol anidro e 53% de etanol hidratado. Do total vendido, as Usinas Produtoras Sócias forneceram 3,34 bilhões de litros. As Usinas não sócias originaram 343 milhões de litros, incluído nesse total o volume de etanol importado.

SERVIÇOS

A prestação de serviços de elevação e logística para terceiros gerou uma receita de R$ 82,8 milhões.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Ano Safra 2011/2012 foi o segundo exercício em bases integrais de desempenho, tanto para os mercados de açúcar quanto de etanol, o que favorece a comparabilidade.

Apesar dos efeitos adversos conjunturais que se agravaram na última Safra, o desempenho da Copersucar viabilizou o crescimento de 35,7% em sua receita operacional líquida, atingindo R$ 11,2 bilhões no exercício, frente aos R$ 8,3 bilhões no período anterior. Esse crescimento é atribuído ao aumento de volume e de melhores condições de comercialização, tanto no mercado interno quanto nas exportações. No exercício encerrado em 31 de março de 2012, a comercialização de açúcar respondeu por 58% das receitas, a venda de etanol por 41%, e os serviços por 1%.

O lucro bruto atingiu R$ 484 milhões, enquanto o EBITDA atingiu R$ 250 milhões e o lucro líquido foi de R$ 103 milhões.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No Ano Safra 2011/2012, a Copersucar aprimorou o seu modelo de governança corporativa, com a implantação das melhores práticas do mercado e a adequação de sua estrutura às exigências legais e do Novo Mercado da BM&FBovespa. O plano de realizar a Oferta Pública de Ações, em 2011, foi postergado em decorrência da crise que se precipitou nos mercados financeiros internacionais no último ano. Mesmo assim, a Empresa preservou a nova estrutura e os instrumentos de gestão característicos das companhias abertas.

Para tanto, o estatuto da Companhia foi reformulado, permitindo a eleição de dois conselheiros independentes e a ampliação do número de comitês permanentes, de dois para sete. Esses comitês auxiliam o Conselho no exame e discussão de temas estratégicos, relacionados às diversas áreas da gestão, tais como Relações Institucionais, Estratégia, RH e Remuneração, Finanças, Auditoria e Riscos, Sustentabilidade e Partes Relacionadas. Além disso, o Conselho contrata diretamente a Auditoria Externa Independente.

Entre os instrumentos de efetivação da governança, o desenho societário foi estabelecido de modo a definir claramente os papéis das Usinas Sócias como fornecedoras e como acionistas. A relação comercial é amparada por contratos com regras claras, transparentes, estáveis e auditáveis, sempre em condições de mercado. Na relação societária, também foram definidas as regras de participação no capital, o papel de usinas investidoras e a política de dividendos, que permite a instalação de um ciclo virtuoso de investimentos na capacidade produtiva do sistema.

Ainda no âmbito da boa governança, a Companhia implantou, no exercício, a Política Global de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de orientar as áreas de negócio a agir dentro de parâmetros previamente estabelecidos para as operações que podem causar maior impacto financeiro na Companhia. Entre os riscos definidos como prioritários estão: o risco de variação dos preços das commodities, o risco das taxas de câmbio, o risco das taxas de juros, o risco de crédito e o risco de liquidez.

O objetivo da Gestão de Riscos é garantir que a Companhia possa aproveitar as oportunidades de mercado em suas operações comerciais e financeiras, de modo a resguardar seus riscos, monitorar os procedimentos e atuar de forma tempestiva nos casos de eventuais desenquadramentos ou necessidades de adequação dos limites previamente autorizados. A área de Gestão de Riscos se reporta diretamente ao Presidente Executivo e é parte da estrutura de governança corporativa da empresa.

7. GESTÃO DE PESSOAS

A Copersucar tem aumentado o foco na gestão de pessoas, um dos temas estratégicos para a Companhia. Por seu perfil de grande comercializadora, preza pelo alto nível de qualificação de seus profissionais e investe sistematicamente no aprimoramento de competências, para atuação nacional e internacional. A Companhia encerrou a safra 2011/2012 com 510 colaboradores, dos quais 195 desempenhavam funções na sede, em São Paulo, e 315 no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos (SP), praticamente em linha com o efetivo da Safra anterior.

Além de benefícios comparáveis às melhores práticas do mercado, de processos estruturados de gestão de desempenho e de remuneração variável, a Copersucar investe permanentemente em programas de desenvolvimento profissional. A empresa subsidia cursos de extensão e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, previstos no plano de desenvolvimento individual e alinhados às estratégias da Companhia. No final da última safra, 17 funcionários frequentavam cursos de especialização com o incentivo da empresa. A Companhia também busca valorizar a diversidade no ambiente de trabalho, preceito abordado no Código de Conduta Empresarial, com ênfase à igualdade de oportunidades, a não discriminação de nenhum colaborador com base em raça, cor, idade, sexo ou religião.

8. SUSTENTABILIDADE

No Ano Safra 2011/2012, a Copersucar intensificou seus programas voltados para a Sustentabilidade, um vetor estratégico da Companhia que pressupõe a busca de resultados econômicos, ambientais e sociais como requisitos para a perenidade do negócio. Nesse contexto, o Comitê de Sustentabilidade ampliou a discussão estratégica em torno do impacto das questões ambientais e sociais em toda a cadeia de valor e no desenvolvimento do negócio. Conforme compromisso assumido, a Copersucar publica este ano o Relatório de Sustentabilidade GRI 3, com nível de aplicação B+ (edição bienal), integrado ao de gestão e financeiro e com 62 indicadores monitorados, entre Copersucar e Usinas Sócias. Ao longo do período, as ações de engajamento da cadeia de valor também foram intensificadas, com a realização de nove reuniões com grupos técnicos das Usinas e o envolvimento de fornecedores de cana e transportadoras rodoviárias em workshops de divulgação, discussão e debates dos temas relacionados à sustentabilidade.

Todo esse esforço resultou na conquista da importante Certificação Bonsucro EU pela Copersucar S.A., como gestora da cadeia de custódia de açúcar e etanol, e também por cinco Usinas Sócias, como produtoras, totalizando o maior volume de cana-de-açúcar certificada do mundo (7,8 milhões de toneladas).

Ciente de que sua responsabilidade perante a sociedade transcende a atividade econômica, a Copersucar reforçou seu investimento em projetos sociais com foco em educação e cultura nas localidades de influência da empresa e das Usinas Sócias, com a destinação de R$ 6,7 milhões em 2011/2012, entre recursos próprios e incentivados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto de Souza
Diretor Presidente
Luis Felipe Schiriak
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Soren Hoed Jensen
Diretor Comercial
Alexandre Mattos Setten
Diretor de Logística
Maurício de Mauro
Diretor de Planejamento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Roberto Pogetti
Presidente
Conselheiros
Antônio Eduardo Tonielo
Antonio José Zillo
Carlos Dinucci
Carlos Ubiratan Garms
Clésio Antonio Balbo
Geraldo José Carbone (Membro Independente)
Hermelindo Ruete de Oliveira
José Luciano Duarte Penido (Membro Independente)
Leopoldo Titoto
Norberto Bellodi

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Copersucar S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, no consolidado de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e individuais de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2011. São Paulo, 23 de maio de 2012 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativos	Nota	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	373.580	439.889	58.723	195.602
Contas a receber de clientes	9	602.614	880.585	289.693	615.075
Dividendos a receber	25	–	21.074	52.068	22.157
Estoques	10	1.050.262	353.614	721.530	158.402
Impostos e contribuições a recuperar	11	283.001	78.044	281.671	76.549
Adiantamentos a fornecedores	12	54.673	57.166	4.482	18.885
Operações com bolsa de valores	13	52.527	117.085	672	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	40.008	207.446	19.271	–
Outras contas a receber		5.119	2.419	2.842	1.649
Total do ativo circulante		2.461.784	2.157.322	1.430.952	1.088.319
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	14	87.901	58.597	82.859	53.425
Depósitos judiciais	22	25.958	19.466	14.711	9.221
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	21.849	–	21.849	–
Operações de mútuo	25	1.099	–	25.246	1.358
Investimentos	15	64.801	23.769	624.689	431.206
Propriedade para investimento	16	–	–	21.400	16.043
Imobilizado	17	159.055	127.948	11.200	10.553
Intangível	18	11.417	3.763	11.417	3.763
Total do ativo não circulante		372.080	233.543	813.371	525.569
Total dos ativos		2.833.864	2.390.865	2.244.323	1.613.888

		Consolidado		Controladora	
Passivos	Nota	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante					
Fornecedores	19	199.453	426.310	169.673	30.763
Empréstimos e financiamentos	20	615.585	573.088	373.580	352.846
Obrigações sociais trabalhistas		22.767	24.426	18.596	20.290
Provisão de imposto de renda e contribuição social	33	–	33.173	–	31.446
Impostos e contribuições a recolher	21	13.407	4.164	12.853	3.838
Adiantamentos	25	–	339	399.957	54.086
Dividendos a pagar	25	25.638	–	25.638	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	24.458	7.340	–	6.265
Outras contas a pagar		25.244	5.280	11.357	710
Total do passivo circulante		926.552	1.074.120	1.011.654	500.244
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	1.616.672	841.030	974.880	673.022
Benefícios a empregados	34	30.900	21.888	30.900	21.888
Impostos e contribuições a recolher	21	733	810	–	–
Provisões para contigências	22	27.914	21.842	15.156	9.700
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	–	24.896	–	24.896
Passivo fiscal diferido	14	25.454	40.777	6.094	18.561
Passivo descoberto da controlada		–	–	–	75
Total do passivo não circulante		1.701.673	951.243	1.027.030	748.142
Patrimônio líquido					
Capital social		80.300	80.300	80.300	80.300
Reserva legal		16.060	16.060	16.060	16.060
Reservas de lucros		7.539	–	7.539	–
Ajuste de avaliação patrimonial		27.378	32.365	27.378	32.365
Dividendo adicional proposto		74.362	236.777	74.362	236.777
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	26	205.639	365.502	205.639	365.502
Total dos passivos		2.628.225	2.025.363	2.038.684	1.248.386
Total dos passivos e patrimônio líquido		2.833.864	2.390.865	2.244.323	1.613.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Receita	28	11.226.836	8.275.344	4.239.732	3.677.336
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	(193.723)	157.956	–	–
Custo das vendas	32	(10.549.444)	(7.790.579)	(4.162.351)	(3.588.827)
Lucro bruto		483.669	642.721	77.381	88.509
Despesas vendas	32	(171.897)	(138.806)	(45.198)	(41.925)
Despesas administrativas	32	(58.352)	(55.141)	(50.813)	(48.578)
Outras receitas	29	5.482	4.941	1.040	728
Outras despesas	30	(8.886)	(49.289)	(2.057)	(3.078)
Resultado antes das financeiras líquidas		250.016	404.426	(19.647)	(4.344)
Receita financeira	31	910.146	87.117	378.921	65.239
Despesa financeira	31	(1.106.237)	(128.005)	(509.685)	(71.060)
Financeiras líquidas		(196.091)	(40.888)	(130.764)	(5.821)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(3.087)	(8.517)	202.087	362.995
Resultado antes dos impostos		50.838	355.021	51.676	352.830
Imposto de renda e contribuição social corrente	33	7.087	(17.810)	8.975	(14.525)
Imposto de renda e contribuição social diferido	33	44.627	18.275	41.901	17.181
Lucro líquido do exercício		102.552	355.486	102.552	355.486
Resultado atribuível aos acionistas controladores		102.552	355.486	102.552	355.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	102.552	355.486	102.552	355.486
Ajustado por:				
Resultado da equivalência patrimonial	3.087	8.517	(202.087)	(362.995)
Depreciação e amortização	12.091	11.148	1.989	1.262
Impostos diferidos	(44.627)	(18.275)	(41.901)	(17.181)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	323.376	2.866	177.914	(5.962)
Valor líquido das baixas do ativo permanente	562	172	482	150
Aumento em provisão para contingências	6.071	5.951	5.453	4.896
Benefícios a empregados	9.012	38.307	9.012	36.544
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	137.811	(127.435)	(72.281)	31.145
(Ganho)/perda participação investimentos controladas	(108)	2.184	(108)	2.184
Provisão para *impairment* (Contas a receber)	(207)	1.199	(207)	1.199
Variações nos ativos e passivos				
Diminuição/(aumento) de contas a receber de clientes	278.178	(463.152)	325.589	(382.967)
Diminuição/(aumento) em partes relacionadas	19.637	(6.497)	343.061	42.349
Aumento de estoques	(696.648)	(252.639)	(563.128)	(142.786)
Aumento em impostos a recuperar	(160.602)	(63.674)	(163.925)	(68.709)
Aumento em outros créditos	(2.700)	(1.020)	(1.193)	(490)
Diminuição/(aumento) em adiantamento a fornecedor	2.493	(38.614)	14.403	(9.784)
Diminuição/(aumento) em operações com bolsas de valores	64.558	(145.996)	(672)	–
Aumento em depósitos judiciais	(6.492)	(6.029)	(5.490)	(5.116)
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(226.857)	41.942	138.910	(202.325)
Diminuição de obrigações sociais e trabalhistas	(1.659)	(3.774)	(1.694)	(2.074)
(Diminuição)/aumento de impostos e contribuições a recolher	(24.007)	17.029	(22.431)	18.950
Aumento em outras contas a pagar	19.964	3.903	10.647	(401)
Entradas com liquidação de derivativos	–	3.711	–	107
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(97.770)	(16.394)	(79.516)	(5.653)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.355)	(10.926)	(41.197)	(4.414)
Dividendos recebidos	–	–	1.082	3.119
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(326.640)	(662.010)	(64.736)	(713.466)
Aplicação de recursos em investimentos	(44.011)	(22.896)	(43.431)	(23.268)
Aplicação de recursos em propriedade para investimento	–	–	(5.620)	(7.177)
Aplicação de recursos em imobilizado	(42.976)	(13.846)	(2.071)	(4.870)
Aplicação de recursos no intangível	(8.438)	(4.008)	(8.438)	(4.011)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(95.425)	(40.750)	(59.560)	(39.326)
Dividendos pagos	(236.777)	(313)	(236.777)	(313)
Antecipação de dividendos	–	(100.000)	–	(100.000)
Empréstimos e financiamentos tomados	3.043.008	1.890.721	1.400.628	1.234.798
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.450.475)	(780.478)	(1.176.434)	(197.203)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	355.756	1.009.930	(12.583)	937.282
(Decréscimo)/acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(66.309)	307.170	(136.879)	184.490
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa				
No final do exercício	373.580	439.889	58.723	195.602
No início do exercício	439.889	132.719	195.602	11.112
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	(66.309)	307.170	(136.879)	184.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendo adicional proposto	Total
Em 2010	80.300	66	–	37.334	(28.758)	–	88.942
Realização do custo atribuido	–	–	–	(4.969)	4.969	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	355.486	–	355.486
Destinação do lucro:							
Reserva legal	–	15.994	–	–	(15.994)	–	–
Dividendos propostos (R$ 3,93 por ação)	–	–	315.703	–	(315.703)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,98 por ação)	–	–	(78.926)	–	–	–	(78.926)
Dividendos adicionais propostos	–	–	(236.777)	–	–	236.777	–
Em 2011	80.300	16.060	–	32.365	–	236.777	365.502
Realização do custo atribuido	–	–	–	(4.987)	4.987	–	–
Distribuição de dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(236.777)	(236.777)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	102.552	–	102.552
Destinação do lucro:							
Dividendos propostos (R$ 0,25 por ação)	–	–	100.000	–	(100.000)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,06 por ação)	–	–	(25.638)	–	–	–	(25.638)
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,18 por ação)	–	–	(74.362)	–	–	74.362	–
Retenção de lucro	–	–	7.539	–	(7.539)	–	–
Em 2012	80.300	16.060	7.539	27.378	–	74.362	205.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	11.475.738	8.802.337	4.741.768	4.247.886
Outras receitas	(193.723)	157.956	–	–
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros	200.607	50.180	(61.557)	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição	207	(1.199)	207	(1.199)
	11.482.829	9.009.274	4.680.418	4.246.687
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadoriase dos serviços vendidos	(10.539.760)	(7.780.743)	(4.162.351)	(3.588.827)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(137.529)	(107.626)	(33.276)	(29.366)
Outras	(7.605)	(46.251)	(787)	(84)
	(10.684.894)	(7.934.620)	(4.196.414)	(3.618.277)
Valor adicionado bruto	797.935	1.074.654	484.004	628.410
Depreciação e amortização	(11.697)	(11.156)	(1.987)	(1.262)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.076)	(8.185)	202.087	362.995
Receitas financeiras	783.280	87.227	377.239	65.239
Outras	1.282	2.662	(605)	(2.100)
	781.486	81.704	578.721	426.134
Valor adicionado total a distribuir	1.567.724	1.145.202	1.060.738	1.053.282
Distribuição do Valor Adicionado	(1.567.724)	(1.145.202)	(1.060.738)	(1.053.282)
Pessoal				
Remuneração direta	(70.894)	(71.239)	(52.617)	(53.264)
Benefícios	(5.133)	(6.143)	(2.175)	(2.259)
FGTS	(2.517)	(2.004)	(1.660)	(1.003)
	(78.544)	(79.386)	(56.452)	(56.526)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(144.379)	(197.052)	(138.290)	(190.508)
Estaduais	(338.969)	(378.031)	(338.885)	(377.607)
Municipais	(2.814)	(2.273)	(301)	(159)
	(486.162)	(577.356)	(477.476)	(568.274)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	(891.969)	(128.006)	(421.008)	(71.060)
Aluguéis	(8.498)	(4.968)	(3.251)	(1.936)
	(900.466)	(132.974)	(424.258)	(72.996)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	(100.000)	(315.703)	(100.000)	(315.703)
Lucros retidos do exercício	(2.552)	(39.783)	(2.552)	(39.783)
	(102.552)	(355.486)	(102.552)	(355.486)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

COPERSUCAR
Alimento e Energia Limpa para o Planeta

COPERSUCAR S.A.
CNPJ 10.265.949/0001-77
www.copersucar.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do país ou exterior. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Paulista, 287. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2012 abrangem a controladora, suas controladas, controladas em conjunto e investimento em empresa coligada. A Companhia foi constituída em 17 de julho de 2008 e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: • A importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, os serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados nos mercados nacionais e internacionais; • A representação comercial de açúcar, etanol e derivados; • Logística terrestre, aérea, fluvial e marítima; • Transporte de cargas, inclusive perigosas e atuação como operadora de transporte multimodal; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica; • Prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e • Participação no capital de outras sociedades. O exercício social da Companhia e suas controladas se encerra em 31 de março de cada ano.

2. Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País		Participação acionária 2012
Cia. Auxiliar de Armazéns Gerais	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99995%
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99997%
Uniduto Logística S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	25,82000%
Logum Logística S.A.	Rio de Janeiro/RJ - Brasil	Controlada em conjunto	20,00000%
Sugar Express Transportes S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99000%
Copersucar International N.V.	Caracasbadiweg - Curaçau	Controlada	100,00000%
Copersucar Trading A.V.V.	Orangestad - Aruba	Controlada	100,00000%
Copersucar Europe B.V	Rotterdam - Holanda	Controlada	100,00000%
Copa Shipping Company Limited	Tortola - Ilhas Virgens Britânicas	Controlada em conjunto	50,00000%

Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais: A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo tem como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a prestação de serviços de armazenagem, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário. **Copersucar Armazéns Gerais S.A.:** A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo possui como atividade preponderante, por meio de suas controladas, a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, a comercialização e distribuição no atacado e varejo de combustíveis para fins automotivos ou industriais e o aluguel de armazéns. **Uniduto Logística S.A.:** A Coligada com sede na capital do estado de São Paulo tem por objetivo desenvolver, construir e operar dutos para movimentação de líquidos para comercialização nos mercados interno e externo, terminais intermodais e terminais portuários destinados para exportação de tais líquidos além de participar em outras sociedades que tenham por objeto social uma ou mais atividades referidas nos itens anteriores. **Logum Logística S.A.:** Em 23 de novembro de 2010, foi celebrado um Termo de Compromisso de Associação entre a Copersucar S.A., Cosan S.A. Indústria e Comércio, Uniduto Logística S.A., Camargo Corrêa Óleo e Gás S.A., Odebrecht Transporte Participações S.A., Petróleo Brasileira S.A. - PETROBRAS, PMCC Soluções Logísticas de Etanol S.A. e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra Estrutura S.A.. Referido contrato teve por objeto estabelecer um compromisso de associação entre as partes em uma única empresa para viabilizar a unificação dos projetos de logística duto viária para transporte de etanol no território brasileiro. Assim, em 01 de março de 2011, foi efetuado um aumento de capital da PMCC Soluções Logísticas de Etanol S.A. para que as partes acima mencionadas passassem a integrar o seu capital social e viabilizar o disposto no Termo de Compromisso de Associação. Na mesma assembleia, foi aprovada, ainda, a modificação de sua denominação social para Logum Logística S.A., na qual a Copersucar S.A. possui 20% do capital social. A controlada em conjunto tem por objetivo implementar a construção e operar redes de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis para o mercado nacional e internacional, explorar atividades, direta ou indiretamente, relacionadas aos serviços de transporte intermodal e multimodal, participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento do transporte intermodal e multimodal, importar, exportar, adquirir, vender, distribuir ou arrendar todo o maquinário e equipamentos relacionados às atividades descritas na nota explicativa 1. **Sugar Express Transportes S.A.:** Em 05 de abril de 2010 foi constituída a empresa controlada Sugar Express Transportes S.A., companhia responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol. **Copersucar International N.V.:** A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras em presas. Suas transações operacionais e financeiras são efetuadas em dólares norte americanos. **Copersucar Trading A.V.V.:** A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **Copersucar Europe B.V.:** A Controlada estabelecida na Holanda tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente de empresas ligadas. **Copa Shipping Company Limited.:** Em 24 de novembro de 2010, foi criada a Copa Shipping Company Limited, uma empresa de afretamento marítimo com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, em parceria com o grupo Jamal Al-Ghurair (JAG) que, entre outros negócios, é dono da Al Khaleej Sugar (AKS), maior refinaria de açúcar do mundo e um de seus clientes estratégicos. A Copa Shipping freta navios para as cargas da Copersucar S.A. e da AKS, maximizando a gestão de custos e o controle de qualidade desse serviço. A Copersucar S.A. e a Global Equity Investments, subsidiária do Grupo JAG, detêm cada uma 50% da Copa Shipping Company Limited.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP ("BR GAAP" - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • imobilizado - adoção do custo atribuído; • estoques - apurados a valor justo, por meio de marcação a mercado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - Contas a Receber de clientes (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD); • Nota explicativa 10 - Estoques; • Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa 16 - Propriedade para investimento; • Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros; • Nota explicativa 35 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 4.d.iv - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); • Nota explicativa 4.e.iii - Amortização (vida útil de ativos intangíveis); • Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos (utilização de prejuízos fiscais); • Nota explicativa 22 - Provisão para contingências (provisões e contingências). **e. Mudanças de práticas e estimativas contábeis: i.** Durante o exercício findo em 31 de março de 2012 a Administração da Companhia decidiu antecipar o *IFRS 10 Consolidated Financial Statements e o IFRS 11 Joint Arrangements*, cuja implementação é obrigatória somente a partir de 01 de janeiro de 2013. Dessa forma, seus investimentos na investida Logum Logística S.A. (controlada em conjunto), que anteriormente era consolidada proporcionalmente a sua respectiva participação nas demonstrações financeiras consolidadas, passaram a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Em decorrência dessa mudança nas práticas contábeis, as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício do período anterior estão sendo apresentadas para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício findo em 31 de março de 2012, conforme previsto no IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Balanços patrimoniais consolidados	2011 Divulgado	Ajustes	2011 Ajustado
Ativo circulante	2.170.021	(12.699)	2.157.322
Ativo não circulante	222.516	11.027	233.543
Total dos ativos	2.392.537	(1.672)	2.390.865
Passivo circulante	1.075.790	(1.670)	1.074.120
Passivo não circulante	951.244	(1)	951.243
Total dos passivos	2.027.034	(1.671)	2.025.363
Patrimônio líquido	365.503	(1)	365.502
Total dos passivos e Patrimônio Líquido	2.392.537	(1.672)	2.390.865

Demonstração de resultados consolidada	2011 Divulgado	Ajustes	2011 Ajustado
Receita	8.275.344	–	8.275.344
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	157.956	–	157.956
Custo das vendas	(7.790.579)	–	(7.790.579)
Lucro bruto	642.721	–	642.721
Receitas e despesas operacionais	(238.736)	441	(238.295)
Resultado financeiro	(40.779)	(109)	(40.888)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.185)	(332)	(8.517)
Resultado antes dos impostos	355.021	–	355.021
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.810)	–	(17.810)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.275	–	18.275
Lucro líquido do exercício	355.486	–	355.486

ii. Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, o CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP) alterou a metodologia de precificação e determinação da estimativa da cotação de mercado das *commodities* de açúcar. Esta estimativa é utilizada pela Companhia para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros referentes aos contratos de compra de açúcar e dos estoques dessas *commodities*. Com a alteração da metodologia de precificação desta *commodity* no Brasil, introduzida pelo CEPEA/ESALQ, fez-se necessária a revisão das estimativas contábeis da Companhia derivadas desta fonte. Vide detalhes da alteração desta metodologia na nota explicativa 23. Conforme previsto no IAS 8 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" , os efeitos de mudanças na estimativa contábil devem ser reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do exercício atual. Desta forma, em decorrência dessa mudança, o efeito positivo líquido no resultado do exercício consolidado referente ao exercício corrente seria de R$ 144.832, caso fosse aplicável a mudança de estimativa contábil retrospectivamente.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de consolidação:** *i. Controladas:* As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *ii. Investimentos em controladas em conjunto:* Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *iii. Investimentos em coligadas:* As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. *iv. Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** *i. Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são reconhecidas no resultado. *ii. Operações no exterior:* Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		Taxa à vista	
	2012	2011	2012	2011
R$/USD	1,7953	1,6591	1,8221	1,6287

c. Instrumentos financeiros: *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a Receber de Clientes, Estoques, Partes Relacionadas, Adiantamentos a Fornecedores e Outros Créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. *ii. Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos futuros, opções e de balcão como parte de suas operações de trading de *commodities* e como gestão da sua política de proteção de suas operações de venda de produtos. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia à redução de sua exposição aos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente do lucro bruto. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações registradas no resultado do exercício como componente do lucro bruto. Os ganhos relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço de *commodities* são reconhecidos dentro do lucro bruto, enquanto os efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. *iii. Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. *iv. Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício. **d. Imobilizado:** *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *ii. Reclassificação para propriedade para investimento:* Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento. A Companhia também submete, anualmente, toda propriedade para investimento mantida ao custo a análises e testes de redução de valor recuperável (*impairment*). *iii. Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *iv. Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias ponderadas estimadas para o exercício corrente e para o comparativo do exercício anterior são as seguintes:

	Taxa média anual ponderada	
	Consolidado 2012	Controladora 2012
Construções e benfeitorias	4,00%	4,00%
Máquinas e equipamentos	11,75%	10,78%
Equipamentos de processamento de dados	26,78%	29,77%
Móveis e utensílios	7,06%	7,30%
Veículos	10,90%	10,97%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3,08%	–

e. Ativos intangíveis: *i. Ativos intangíveis de vida útil definida:* Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. *ii. Gastos subsequentes:* Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O valor contábil do intangível que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício que ocorre a reposição. Custos de manutenção no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *iii. Amortização:* A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os softwares. *iv. Ativo intangível em desenvolvimento:* Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados: **(a)** Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; **(b)** Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; **(c)** Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; **(d)** Forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros; **(e)** Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e **(f)** Capacidade de mensurar com confiabilidade. **f. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente é mantida pelo método custo. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **g. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico. **h. Estoques:** O estoque da Companhia é composto por *commodities*, que é ajustado ao valor de mercado ("*mark to market*") menos os custos para venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência de preço justo os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado do exercício. **i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "*pro rata*". Com exceção do ágio, para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Benefícios a empregados:** *i. Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou de que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. *ii. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *iii. Benefícios pós-emprego:* Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e provisões são reconhecidas, caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações esses benefícios são apresentadas na nota explicativa 34. *iv. Outros benefícios de longo prazo:* A Companhia concede um bônus de longo prazo a seus executivos. O prazo deste benefício é estabelecido para o período de três anos, estando atrelado a uma meta de valor baseada na perpetuidade do EBITDA (lucro líquido sem os efeitos de imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras e despesas de depreciação e amortização). O valor é provisionado de acordo com o regime de competência e é apresentado na nota explicativa 34. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **l. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **m. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. **n. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras, variação cambial e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Informação por segmento:** As normas IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento requerem que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais, o Presidente Executivo, para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Embora a Companhia atue em diferentes áreas dentro do setor sucroenergético, a Administração considera ter dois segmentos operacionais: Açúcar/Etanol e Serviços. Vide nota explicativa 7. **q. Lucro líquido por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **r. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) consolidada e individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações do IFRS foram emitidas pelo IASB, entretanto, ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de março de 2012, portanto, não foram aplicados nessas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelo IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements e pelo IFRS 11 Joint Arrangements*. Nenhum desses deve ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com exceção do IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que se tornará obrigatório para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apenas em 2013 e poderia mudar a classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **i. Imobilizado:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **ii. Propriedade para investimento:** O valor justo da propriedade para investimento, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **iii. Estoques:** Os estoques são mensurados ao valor justo menos os custos para venda, a preço de mercado ("*mark to market*"), utilizando como premissas as cotações das *commodities* e os mercados de atuação da Companhia. **iv. Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros créditos, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **v. Empréstimos e financiamentos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa 23. **vii. Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado.

6. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral: A Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, desde financeiros (liquidez, mercado e crédito), legais, operacionais, entre outros. A partir de uma análise criteriosa da matriz de riscos, a Companhia seleciona aqueles que apresentam maior probabilidade de ocorrência e impacto financeiro, e efetua o monitoramento periódico. Abaixo seguem os principais riscos definidos como prioritários: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado: preço das *commodities* e da taxa de câmbio; e • Risco operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: • Todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; • Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração; • Todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada; • A área de gestão de riscos monitora a exposição, os riscos tomados versus os limites pré-estabelecidos, alerta as áreas de negócios, Comitê de Auditoria e Risco e Diretoria Executiva sobre eventual desenquadramento, dá orientações sobre quanto e como reduzir a exposição e orienta na solicitação de limite adicional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos da Companhia para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho da Administração instituiu o Comitê de Auditoria e Risco, o qual é responsável em conjunto com a área de gestão de riscos pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de risco da Companhia. O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades enquanto que a área de Gestão de Riscos ao presidente executivo. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites pré-estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são determinados anualmente e revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. **Comitê de auditoria e riscos:** O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia é composto por 4 (quatro) membros integrantes indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, coincidindo com os mandatos do próprio Conselho de Administração. São realizadas reuniões quinzenais com todos os membros do Comitê de Auditoria e Risco. O Comitê auxilia a Administração e executa papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotado na Companhia. As atribuições das atividades são: • Avaliar e monitorar os riscos operacionais e financeiros existentes nos negócios da Companhia; • Acompanhar junto ao auditor externo questões relevantes e/ou significativas

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

relativas às práticas contábeis adotadas pela Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; • Sugerir e direcionar tarefas e funções da auditoria interna. O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O Comitê é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões para fins de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria e Risco. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento. *i. Contas a receber de clientes:* A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 20 (vinte) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 15 (quinze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos clientes pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. Os clientes que não operam nesta modalidade efetuam pagamento por meio de carta de crédito aberta por bancos de primeira linha. Mais de 80% dos clientes da Companhia são clientes há mais de cinco anos, com um histórico de perdas extremamente baixo. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são distribuidoras, indústrias ou refinarias, localização geográfica, e existência de histórico de dificuldades financeiras. *ii. Garantias:* Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa da controladora e controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada, cujo detalhe está na nota explicativa 24. *iii. Contratos de compras com fornecedores não relacionados:* A Companhia está sujeita a riscos de inadimplência na entrega dos produtos aplicados aos contratos de compra com preço fixo de usinas e tradings não relacionadas (fornecedores/originação de terceiros). Para minimizar o risco de concentração por fornecedor não relacionado foi determinado na política vigente que o volume individual contratado com preço fixo não exceda 20% do volume total das compras estimadas para a safra corrente com não relacionados. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. *i. Risco de preço de commodities:* A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Na safra 2011/2012, aproximadamente 75% da matéria-prima comercializada foi adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto que os outros 25% foram de unidades produtoras não sócias e de outras tradings. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no período da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta ao risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. *ii. Risco de moeda:* A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da Companhia e suas Controladas, no caso o Real (R$). As moedas nas quais estas transações são denominadas são o dólar americano (USD) e o Euro (€). A Companhia utiliza Contratos de Balcão ou de Bolsa para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada quinzenalmente pelo Comitê de Auditoria e Risco. *iii. Risco de taxa de juros:* A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticados pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. Como estratégia na gestão dos negócios e por ser um ativo de fácil realização, a Administração optou em operar com um volume maior de estoques, R$1.050.262 em 2012 frente a R$ 353.614 em 2011 (veja nota explicativa 10) o que implicou em um crescimento de seu endividamento. A dívida da Companhia em relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo	(2.628.225)	(2.025.363)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	373.580	439.889
Dívida líquida (a)	(2.254.645)	(1.585.474)
Total do Patrimônio líquido (b)	(205.639)	(365.502)
Relação dívida líquida sobre capital (a/b)	1.096%	434%

7. Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões da Companhia, Presidente Executivo, analisa as informações sobre resultados segmentados para tomar decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam dois segmentos: Açúcar/Etanol e Serviços. A seguir estão apresentadas as descrições dos segmentos operacionais da Companhia: • Açúcar/Etanol: compra e venda de açúcar bruto e açúcar branco no mercado nacional e internacional, e compra e venda de etanol hidratado e anidro no mercado nacional e internacional; e • Serviços: compreende os resultados de prestação de serviços de logística e elevação de açúcar e etanol. As informações selecionadas de resultado por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas, são como segue:

	2012			2011		
	Açúcar/Etanol	Serviços	Total	Açúcar/Etanol	Serviços	Total
Receita líquida **(a)**	10.950.346	82.767	11.033.113	8.383.977	49.323	8.433.300
Custo de vendas	(10.481.606)	(67.838)	(10.549.444)	(7.758.501)	(32.078)	(7.790.579)
Margem bruta	468.740	14.929	483.669	625.476	17.245	642.721

(a) Os valores apresentados como Receita Líquida em março de 2012 e 2011 contemplam a Receita com Instrumentos financeiros derivativos não realizados divulgada separadamente nas Demonstrações de Resultado.

Os outros itens do resultado, assim como as informações sobre ativos e passivos, não são apresentados nas informações por segmento, pois é possível utilizar a margem bruta para avaliar o desempenho dos segmentos.

A composição da Receita Operacional Líquida por região geográfica é:

Região/País	2012	2011
África do Sul	15.582	4.068
Alemanha	3.391	21.548
Arábia Saudita	670.646	289.056
Argélia	357.327	168.129
Argentina	7.075	–
Austrália	3.579	4.325
Áustria	–	3.108
Bélgica	13.496	41.878
Brasil	4.447.412	3.495.193
Canadá	447.466	309.934
Chile	129	–
China	140.450	–
Cingapura	623.952	372.249
Colômbia	120.797	32.182
Dinamarca	77.094	–
Emirados Árabes Unidos	1.704.778	1.535.767
Espanha	–	5.225
Estados Unidos	1.055.719	700.702
Federação Russa	48.034	–
Finlândia	3.862	12.637
França	216.897	169.802
Grã-Bretanha	644.213	372.008
Holanda	39.231	7.363
Iêmen	2.906	–
Ilhas Cayman	–	49.545
Ilhas Virgens	264	–
Índia	–	131.502
Japão	56.713	55.811
México	27.914	12.226
Paquistão	197	–
Peru	32.893	27.134
Suécia	1.894	2.762
Suíça	442.016	446.275
Tailândia	–	568
Trinidad e Tobago	–	86
Turquia	16.055	–
Uruguai	4.854	4.258
Vietnã	–	3
Total	11.226.836	8.275.344

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	30	65	18	11
Depósitos à vista **(a)**	90.203	139.832	7.313	9.271
Aplicações financeiras	283.347	299.992	51.392	186.320
Total	373.580	439.889	58.723	195.602

(a) Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 97,9% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento, além de operações com *Time Deposit* com rendimentos de 0,2% ao ano.

9. Contas a receber de clientes

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Clientes no país		260.783	410.510	260.789	410.462
Clientes no exterior		294.521	241.916	85	285
Partes relacionadas	25	48.311	229.367	29.820	205.536
PECLD		(1.001)	(1.208)	(1.001)	(1.208)
Total		602.614	880.585	289.693	615.075

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 23. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI - Certificado de Depósito Interbancário, dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de março de 2012 e 2011, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço considerando que a maioria dos itens do contas a receber é emitida com vencimentos em média de 20 dias. A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.

10. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Açúcar	465.257	163.993	183.079	28.271
Etanol	571.563	183.238	525.992	124.488
Almoxarifado, embalagem e outros	13.442	6.383	12.459	5.643
Total	1.050.262	353.614	721.530	158.402

Os estoques de produtos comercializáveis, açúcar e etanol, são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado ("*mark to market*") menos os custos para venda. Mensalmente é realizada a comparação do custo de aquisição, sem incluir gastos com frete, armazenagem e impostos recuperáveis, e o preço, na data-base, equivalente no mercado. Os preços de referência são públicos e são obtidos de mercados ativos, como segue: • Preços de contratos de açúcar bruto negociados na Bolsa de Mercadorias *ICE - Intercontinental Exchange* (contrato *Sugar #11*) / NYBOT; • Preços de contratos de açúcar mercado interno divulgados pela CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro e hidratado divulgados pela CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base *Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam*, divulgados pela CME Group; • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base *Chicago Ethanol (Platts) Swap Futures*, divulgados pela CME Group. O valor do ajuste é contabilizado na rubrica de custo das vendas no resultado do exercício. Os preços referência para o valor justo do estoque são os seguintes para cada período:

Commodity	Índice Mercado	Unidade	2012	2011
Açúcar Bruto	Sugar #11 (ICE/NYBOT)	¢lb	24,71	27,11
Açúcar Branco	Açúcar Cristal (CEPEA/ESALQ)	R$/Ton	973,34	1.133,64
Etanol Anidro	Etanol Anidro (CEPEA/ESALQ)	R$/m3	1.292,40	1.997,40
Etanol Hidratado	Etanol Hidratado (CEPEA/ESALQ)	R$/m3	1.215,80	1.457,90
Etanol Anidro (Europa)	Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam (CME Group)	EUR/m3	585,00	621,00
Etanol Anidro (EUA)	Ethanol (Platts) Chicago Platts (CME Group)	UST/GL	2,2483	–

A Companhia não possui estoques dados em garantia. A partir da Safra 2010/2011, a Companhia passou a adquirir etanol para a comercialização junto à Cooperativa, pois até aquela safra a Companhia não possuía a autorização junto a ANP - Agência Nacional do Petróleo no enquadramento como agente comercializadora do etanol.

11. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	141.567	21.576	141.558	21.574
IPI	10.621	9.070	10.621	9.070
PIS	15.216	5.042	15.195	5.036
COFINS	70.067	23.216	69.968	23.192
IRPJ	32.907	11.867	32.026	10.811
CSLL	11.493	3.196	11.230	2.838
Outros	1.130	4.077	1.073	4.028
Total	283.001	78.044	281.671	76.549

12. Adiantamentos a fornecedores

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Partes relacionadas	25	–	–	14	242
Fornecedores - Usinas		54.448	57.052	4.243	18.643
Outros		225	114	225	–
		54.673	57.166	4.482	18.885

Corresponde aos adiantamentos realizados durante o exercício, principalmente, para futura entrega de açúcar da safra 2012/2013.

13. Operações com bolsa de valores

Refere-se aos saldos a receber e a pagar de valores depositados referentes à margem e aos prêmios pagos ou recebidos nas transações com instrumentos financeiros derivativos não liquidadas na Bolsa de Valores.

14. Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado	Ativos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Intangíveis	15.181	15.294	–	–	15.181	15.294
Variação cambial diferida	2.777	1.712	–	–	2.777	1.712
Provisões	24.678	20.841	–	–	24.678	20.841
Prejuízo fiscal a compensar	45.265	20.750	–	–	45.265	20.750
Valor justo dos estoques	–	–	(5.940)	(18.441)	(5.940)	(18.441)
Custo atribuído	–	–	(19.509)	(22.042)	(19.509)	(22.042)
Derivativos	–	–	–	(294)	–	(294)
Outros	–	–	(5)	–	(5)	–
Total	87.901	58.597	(25.454)	(40.777)	62.447	17.820

Controladora	Ativos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Intangíveis	14.974	14.974	–	–	14.974	14.974
Variação cambial diferida	2.776	1.712	–	–	2.776	1.712
Provisões	19.844	16.134	–	–	19.844	16.134
Prejuízo fiscal a compensar	45.265	20.605	–	–	45.265	20.605
Valor justo dos estoques	–	–	(5.940)	(18.441)	(5.940)	(18.441)
Custo atribuído	–	–	(150)	(120)	(150)	(120)
Derivativos	–	–	–	–	–	–
Outras	–	–	(4)	–	(4)	–
Total	82.859	53.425	(6.094)	(18.561)	76.765	34.864

Movimentação das diferenças temporárias durante o ano:

Consolidado

	Saldo em 2010	Reconhecida no resultado	Saldo em 2011	Reconhecida no resultado	Saldo em 2012
Intangíveis	15.406	(112)	15.294	(113)	15.181
Variação Cambial Diferida	–	1.712	1.712	1.065	2.777
Provisões	7.119	13.722	20.841	3.837	24.678
Prejuízo fiscal a compensar	–	20.750	20.750	24.515	45.265
Valor Justo dos Estoques	–	(18.441)	(18.441)	12.501	(5.940)
Imobilizado	(22.416)	374	(22.042)	2.533	(19.509)
Derivativos	(564)	270	(294)	294	–
Outras	–	–	–	(5)	(5)
	(455)	18.275	17.820	44.627	62.447

Controladora

	Saldo em 2010	Reconhecida no resultado	Saldo em 2011	Reconhecida no resultado	Saldo em 2012
Intangíveis	14.974	–	14.974	–	14.974
Variação Cambial Diferida	–	1.712	1.712	1.064	2.776
Provisões	2.780	13.354	16.134	3.710	19.844
Prejuízo fiscal a compensar	–	20.605	20.605	24.660	45.265
Valor Justo dos Estoques	–	(18.441)	(18.441)	12.501	(5.940)
Imobilizado	(66)	(54)	(120)	(30)	(150)
Outras	(5)	5	–	(4)	(4)
	17.683	17.181	34.864	41.901	76.765

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

15. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R$ 202.087 em 31 de março de 2012 (R$ 362.995 em 2011) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Participação %	Qtde. de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outros resultados	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Em 2011													
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais **(a)**	99,99999	2.019.842	17.201	116.743	133.944	15.439	40.307	55.746	78.198	69.367	(64.808)	4.559	4.559
Copersucar Armazéns Gerais **(a)**	99,99999	3.512.925	1.640	327.924	329.564	106	56	162	329.402	402.010	(34.933)	367.077	367.077
Sugar Express Transportes S.A. **(a)**	99,99999	49.995	1.345	25	1.370	143	1.302	1.445	(75)	4.211	(4.337)	(126)	(126)
Uniduto Logística S.A. **(c)**	32,61780	18.728.938	940	18.226	19.166	385	–	385	18.780	500	(26.733)	(26.233)	(8.185)
Logum Logística S.A. **(b)**	20,00000	24.649.083	63.477	38.506	101.983	8.343	–	8.343	93.639	611	(4.900)	(4.289)	(330)
													362.995
Em 2012													
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais **(a)**	99,99995	2.019.842	6.112	136.819	142.931	8.337	50.837	59.174	83.756	65.069	(58.046)	7.022	7.022
Copersucar Armazéns Gerais **(a)**	99,99997	3.512.925	4.561	536.985	541.546	729	60.637	61.366	480.179	12.486	188.549	201.035	201.035
Sugar Express Transportes S.A. **(a)**	99,99000	49.995	2.338	19	2.357	141	1.731	1.872	485	14.126	(13.425)	701	701
Uniduto Logística S.A. **(c)**	19,41000	20.758.629	1.754	29.268	31.022	7	–	7	31.016	79	(825)	(746)	(213)
Logum Logística S.A. **(b)**	20,00000	57.678.860	292.815	449.870	742.685	10.320	478.946	489.266	253.419	13.474	(45.766)	(32.292)	(6.458)
													202.087

(a) Controlada
(b) Controle conjunto
(c) Coligada

O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	480.179	329.402
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	–	–	83.757	78.402
Logum Logística S.A.	50.684	17.143	50.684	17.143
Uniduto Logística S.A.	9.451	6.126	9.451	6.126
Sugar Express Transporte S.A.	–	–	485	–
Copa Shipping Company Limited	4.122	–	–	–
	64.257	23.269	624.556	431.073
Outros investimentos não consolidados - avaliados pelo valor justo:				
Outros investimentos	544	500	133	133
	544	500	133	133
	64.801	23.769	624.689	431.206
Passivo a descoberto				
Sugar Express Transporte S.A.	–	–	–	75

16. Propriedade para investimento

Controladora	Terrenos	Construções e benfeitorias	Imobilizado em construção	Total
Custo				
Saldo em 2011	5.433	3.392	7.326	16.151
Adições	–	–	5.620	5.620
Transferências	–	11.707	(11.707)	–
Saldo em 2012	5.433	15.099	1.239	21.771
Depreciações				
Saldo em 2011	–	(108)	–	(108)
Depreciações do período	–	(263)	–	(263)
Saldo em 2012	–	(371)	–	(371)
Valor contábil líquido				
Em 2011	5.433	3.284	7.326	16.043
Em 2012	5.433	14.728	1.239	21.400

A controladora Copersucar S.A. possui um armazém que é mantido como propriedade para investimento por meio de arrendamento à parte relacionada - Copersucar Armazéns Gerais. O prazo deste arrendamento é de dois anos. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso acordadas entre as partes. Nenhum aluguel contingente é cobrado. O valor justo deste ativo não difere do custo de aquisição que ocorreu em 20 de janeiro de 2010, acrescentando-se as obras em andamento (benfeitorias) até 31 de março de 2012.

17. Ativo imobilizado

Consolidado	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em construção	Total
Custo									
Saldo em 2011	5.433	3.392	95.632	2.423	2.867	1.880	94.892	14.144	220.663
Adições	–	–	56	201	39	777	–	41.903	42.976
Alienações	–	–	(65)	(80)	(2)	(734)	–	–	(881)
Transferências	–	11.707	6.517	352	33	–	2.886	(21.495)	–
Saldo em 2012	5.433	15.099	102.140	2.896	2.937	1.923	97.778	34.552	262.758
Depreciações									
Saldo em 2011	–	(109)	(58.268)	(1.280)	(644)	(414)	(32.000)	–	(92.715)
Depreciações do período	–	(262)	(7.657)	(455)	(188)	(172)	(2.573)	–	(11.307)
Alienações	–	–	9	57	–	253	–	–	319
Saldo em 2012	–	(371)	(65.916)	(1.678)	(832)	(333)	(34.573)	–	(103.703)
Valor líquido contábil									
Em 2011	5.433	3.283	37.364	1.143	2.223	1.466	62.892	14.144	127.948
Em 2012	5.433	14.728	36.224	1.218	2.105	1.590	63.205	34.552	159.055

Controladora	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em construção	Total
Custo						
Saldo em 2011	1.671	1.654	2.455	1.670	4.861	12.311
Adições	4	158	37	625	1.247	2.071
Alienações	(64)	(35)	(2)	(591)	–	(692)
Transferências	4.071	30	–	–	(4.101)	–
Saldo em 2012	5.682	1.807	2.490	1.704	2.007	13.690
Depreciações						
Saldo em 2011	(175)	(810)	(438)	(335)	–	(1.758)
Depreciações do período	(246)	(379)	(168)	(149)	–	(942)
Alienações	9	22	–	179	–	210
Saldo em 2012	(412)	(1.167)	(606)	(305)	–	(2.490)
Valor líquido contábil						
Em 2011	1.496	844	2.017	1.335	4.861	10.553
Em 2012	5.270	640	1.884	1.399	2.007	11.200

Imobilizado em construção: Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu um armazém na cidade de Ribeirão Preto (SP), no qual estão sendo realizadas benfeitorias e reformas. A Companhia avaliou os custos de empréstimos capitalizáveis e não realizou nenhum ajuste, pois os saldos apurados foram avaliados e considerados irrelevantes.

18. Intangível

Consolidado e Controladora	Softwares	Marcas	Total
Custo			
Saldo em 2011	3.917	137	4.054
Adições	8.438	–	8.438
Saldo em 2012	12.355	137	12.492
Amortizações			
Saldo em 2011	(291)	–	(291)
Amortização do período	(784)	–	(784)
Saldo em 2012	(1.075)	–	(1.075)
Valor líquido contábil			
Em 2011	3.626	137	3.763
Em 2012	11.280	137	11.417

No exercício anterior, a Companhia adquiriu junto à Cooperativa, o direito de uso da marca "Copersucar".

19. Fornecedores

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Fornecedores		91.056	164.855	14.945	17.573
Partes Relacionadas	25	108.397	261.455	154.728	13.190
Total		199.453	426.310	169.673	30.763

Os saldos de fornecedores nacionais e partes relacionadas correspondem ao item Contas a pagar de aquisição de açúcar e etanol. A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e a outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 23.

20. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 23.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Modalidade	Finalidade	Garantia	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Nota de Crédito de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	341.650	448.299	341.651
Pré-pagamento de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US$	Taxa Pré-fixada	4,27%	2014 a 2017	641.538	–	–	–
Empréstimo Direto Externo	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	US$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	336.183	379.825	336.183
Capital de Giro	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	US$	Taxa Pré-fixada	2,06%	2012	237.100	377.038	–	–
Nota de Crédito de Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa	R$	CDI-CETIP	110,84% do CDI	2013 a 2014	520.336	–	520.336	–
Cédula de Crédito à Exportação	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	R$	CDI-CETIP	108% do CDI	2011 a 2012	–	309.637	–	309.637
BNDES - PASS	Capital de Giro	Aval da Cooperativa com penhor de estoque	R$	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	–	38.397	–	38.397
BNDES - FINAME	Ativo Imobilizado	Aval da Copersucar S.A. com alienação fiduciária	R$	TJLP	9,15%	2012 a 2016	5.159	11.213	–	–
Total de Empréstimos e Financiamentos							2.232.257	1.414.118	1.348.460	1.025.868
Passivo circulante							615.585	573.088	373.580	352.846
Passivo não circulante							1.616.672	841.030	974.880	673.022

Termos e cronograma de amortização da dívida: Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Consolidado	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2012 Valor contábil	2012 Valor justo	2011 Valor contábil	2011 Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	US$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	459.851	341.650	341.651
Pré-pagamento de Exportação	US$	Taxa Pré-fixada	4,27%	2014 a 2017	641.538	667.527	–	–
Empréstimo Direto Externo	US$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	384.497	336.183	336.183
Capital de Giro	US$	Taxa Pré-fixada	2,06%	2012	237.100	237.468	377.038	377.036
BNDES - PASS	R$	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	–	–	38.397	38.390
Nota de Crédito de Exportação	R$	CDI	110,84%	2013 a 2014	520.336	520.336	–	–
Cédula de Crédito à Exportação	R$	CDI	108,00%	2011 a 2012	–	–	309.637	309.637
BNDES - FINAME	R$	TJLP	9,15%	2012 a 2016	5.159	5.159	11.213	11.213
					2.232.257	2.274.838	1.414.118	1.414.110

Do montante apresentado acima, o valor de R$ 1.979.270 mil está garantido por aval da parte relacionada - Cooperativa (vide nota explicativa 25).

Controladora	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2012 Valor contábil	2012 Valor justo	2011 Valor contábil	2011 Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	US$	Taxa Pré-fixada	2,99%	2013 a 2015	448.299	459.851	341.651	341.651
Empréstimo Direto Externo	US$	Taxa Pré-fixada	2,70%	2013	379.825	384.497	336.183	336.183
BNDES - PASS	R$	Taxa Pré-fixada	9,00%	2011	–	–	38.397	38.390
Nota de Crédito de Exportação	R$	CDI	110,84%	2012 a 2014	520.336	520.336	–	–
Cédula de Crédito à Exportação	R$	CDI	108,00%	2011 a 2012	–	–	309.637	309.637
					1.348.460	1.364.684	1.025.868	1.025.861

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	Controladora
2013	615.585	373.580
2014	880.500	697.208
2015	353.844	170.553
2016	199.306	107.119
2017	183.022	–
	2.232.257	1.348.460

21. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
ICMS	12.131	3.265	12.119	3.265
IPI	27	31	27	31
PIS	67	40	8	8
COFINS	199	141	33	38
OUTROS	779	489	643	496
ISS	204	198	23	–
Total Circulante	13.407	4.164	12.853	3.838
Impostos parcelados	733	810	–	–
Total Não Circulante	733	810	–	–
Total	14.140	4.974	12.853	3.838

22. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado Tributárias	Consolidado Trabalhistas	Consolidado Total	Controladora Tributárias	Controladora Trabalhistas	Controladora Total
Saldo em 2010	15.764	127	15.891	4.804	–	4.804
Provisões feitas durante o período	5.825	1.152	6.977	4.896	–	4.896
Provisões utilizadas durante o período	(966)	(60)	(1.026)	–	–	–
Saldo em 2011	20.623	1.219	21.842	9.700	–	9.700
Provisões feitas durante o período	6.470	250	6.720	5.456	–	5.456
Provisões utilizadas durante o período	(58)	(590)	(648)	–	–	–
Saldo em 2012	27.035	879	27.914	15.156	–	15.156

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante respectivamente de R$ 25.958 e R$ 19.466 em 31 de março de 2012 (R$ 14.711 e R$ 9.221 em 2011). A Companhia está pleiteando em juízo a exclusão do ICMS da base de cálculo dos PIS e da COFINS, por entender que tal valor (ICMS) não constitui receita ou faturamento e sim imposto estadual e a Companhia é somente um agente arrecadador. Por decorrência da medida judicial, está recolhendo PIS e COFINS com exclusão do ICMS da base de cálculo e depositando em juízo a diferença. A Companhia não possui contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda.

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.580	439.889	58.723	195.602
Estoques	1.050.262	353.614	721.530	158.402
Operações com bolsa de valores	52.527	117.085	672	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	61.857	207.446	41.120	–
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	24.458	32.236	–	31.161
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	602.614	880.585	289.693	615.075
Partes relacionadas	1.099	21.074	77.314	23.515
Adiantamentos a fornecedores	54.673	57.166	4.482	18.885
Outros créditos	5.119	2.419	2.842	1.649
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	199.453	426.310	169.673	30.763
Empréstimos e financiamentos	2.232.257	1.414.118	1.348.460	1.025.868
Partes relacionadas	25.639	339	425.598	54.086
Outras contas a pagar	25.244	5.280	11.357	710

Classificação dos instrumentos financeiros: Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2012 e 2011, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito. A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Depósitos à vista	90.203	139.832	7.313	9.271
Aplicações financeiras	283.347	299.992	51.392	186.320
Contas a receber de clientes	602.614	880.585	289.693	615.075
Adiantamentos a fornecedores	54.673	57.166	4.482	18.885
Operações com bolsa de valores	52.527	117.085	672	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	61.857	207.446	41.120	–
Outros créditos	5.119	2.419	2.842	1.649

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R$ 253 milhões dos recebíveis em 31 de março de 2012 (R$ 502 milhões em 2011), sendo que durante esses períodos ocorreram troca de relevância entre os clientes. Os demais instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco, exceto pelas contas a receber de clientes, as quais a Companhia faz uso de cartas de créditos ou CAD - *Cash Against Document* para proteção de sua carteira.

Contas a receber de clientes: A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por região geográfica para as contas a receber de clientes apresentado acima foi de:

Consolidado	2012	Valor garantido	Exposição líquida	2011	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	260.782	–	260.782	410.509	–	410.509
Argélia **(b)**	88.624	88.624	–			
Inglaterra **(b)**	55.703	55.703	–	29.790	29.790	–
Arábia Saudita **(b)**	54.317	54.317	–	–	–	–
Dubai **(b)**	45.608	45.608	–	117.742	117.742	–
Suíça **(b)**	27.462	27.462	–	–	–	–
Colômbia **(b)**	7.427	7.427	–	–	–	–
Holanda **(b)**	2.153	2.153	–	15.432	15.432	–
Singapura **(b)**	1.789	1.789	–	–	–	–
EUA **(a)**	–	–	–	30.222	30.222	–
Canadá **(b)**	–	–	–	6.366	6.366	–
Itália **(b)**	–	–	–	42.365	42.365	–
Outros **(a)**	11.439	11.439	–	–	–	–
Partes Relacionadas **(c)**	48.311	48.311	–	229.367	229.367	–
	603.615	342.833	260.782	881.793	471.284	410.509

Controladora	2012	Valor garantido	Exposição líquida	2011	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	260.788	–	260.788	410.462	–	410.462
Outros	86	86	–	285	285	–
Partes Relacionadas **(c)**	29.820	29.820	–	205.536	205.536	–
	290.694	29.906	260.788	616.283	205.821	410.462

(a) Valor 100% garantido, sendo: 20% por meio de carta de crédito, 80% *Cash Against Documents;* **(b)** Saldos 100% garantidos por carta de crédito de bancos internacionais de primeira linha; **(c)** A Companhia não considera existência de risco de crédito para suas transações com partes relacionadas.

Perdas por redução no valor recuperável: Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

Consolidado	Bruto 2012	PECLD 2012	Bruto 2011	PECLD 2011
Não vencidos	430.881	–	523.124	–
Vencidos há 0-30 dias	90.409	–	178.875	–
Vencidos há 31-120 dias	24.329	(1.001)	124.416	–
Acima de 120 dias **(a)**	57.996	–	55.378	(1.208)
Total	603.615	(1.001)	881.793	(1.208)

Controladora	Bruto 2012	PECLD 2012	Bruto 2011	PECLD 2011
Não vencidos	224.905	–	535.185	–
Vencidos há 0-30 dias	51.928	–	15.921	–
Vencidos há 31-120 dias	13.861	(1.001)	15.511	–
Acima de 120 dias **(a)**	–	–	49.666	(1.208)
Total	290.694	(1.001)	616.283	(1.208)

(a) Para o Consolidado e para a Controladora, da quantia apresentada para 2012, o valor de R$ 48.311 e de R$ 29.820, respectivamente, refere-se a transações com partes relacionadas.

Risco de commodities: Consolidado - A metodologia para apurar o valor justo dos derivativos está apresentada na nota explicativa 5.

	Volume 2012	Volume 2011	Notional (R$ mil) 2012	Notional (R$ mil) 2011	Valor justo (R$ mil) 2012 Até 6 meses	Valor justo 2012 Superior a 6 meses	Valor justo 2012 Valor justo	Valor justo 2011 Até 6 meses	Valor justo 2011 Superior a 6 meses	Valor justo 2011 Valor justo
Contratos a termo										
Posição comprada										
Mercadorias										
Açúcar (toneladas)	1.282.462	2.064.468	1.238.162	1.084.098	28.996	(8.999)	19.997	108.442	(7.717)	100.725
Contratos futuros (Forward)										
Posição vendida										
Mercadorias										
Etanol (m3)	(1.700)	(6.000)	149	(85)	348	–	348	69	(166)	(97)
Açúcar (tonelada)	(1.466.825)	(1.945.946)	(1.450.441)	(1.852.172)	11.773	7.440	19.213	47.455	8.465	55.920
NDF - Açúcar (toneladas)	(4.480)	(873.801)	(3.557)	(863.422)	291	–	291	–	50.033	50.033
					12.412	**7.440**	**19.852**	**47.524**	**58.332**	**105.856**

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos de preço para controle da exposição de *commodities*: **a.** Contratos derivativos futuros e de opções negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*). **b.** Contratos a termo negociados diretamente com clientes e fornecedores. O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de Bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação. A mensuração do valor justo dos contratos a termo com clientes e fornecedores é realizada com base na diferença entre o preço de compra ou venda fixado e o preço de mercado na data-base. Para determinação dos preços de mercado, são utilizados os mesmos indicadores da fixação, ou seja, cotações Sugar #11/ICE. Para cada contrato futuro nas modalidades AA (*Against Actuals*), SEO (*Seller Execution Order*) e BEO (*Buyer Execution Order*), há um contrato físico com as mesmas variáveis de preços e volumes. Cabe ressaltar que a CEPEA/ESALQ realizou mudança na metodologia do cálculo do Índice de Açúcar CEPEA/ESALQ válido para a safra 2012/2013. Até o mês de março de 2012, os Indicadores de Preços para o Mercado Internacional eram calculados tendo como base as médias ponderadas mensais dos valores efetivamente comercializados por tipo de açúcar. Para efeito do cálculo da média de preço era considerado o mês de embarque do produto, portanto não necessariamente o mês em que a negociação foi realizada. Visando aprimorar o modelo, a partir do mês de abril de 2012 a nova metodologia passa adotar as cotações do contrato nº 11 da ICE FUTURES Intercontinental Exchange de Nova York como base de precificação para a definição dos indicadores, conforme ponderação baseada em percentual pré-atribuído à tela de referência para um determinado mês e também os meses em que as cotações diárias serão utilizadas como base (média) para o cálculo do valor da tela de referência. Nos contratos a termo, está incluído o volume de 1.510 mil toneladas e *notional* de R$ 1.592.231 em 31 de março de 2012, referentes ao Contrato de Fornecimento com a Cooperativa (ver nota explicativa 24). Esses volumes representam a parcela do contrato cujo preço já está definido de acordo com a metodologia da CEPEA, visto que o preço de negociação do contrato segue o índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. O modelo de cálculo do valor justo, na data-base, é determinado pela diferença entre: (i) o valor do índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ estimado com base nas cotações médias de preços do contrato Sugar #11/ICE divulgados e (ii) a média de preços Sugar #11/ICE na data-base ponderada de acordo com os volumes de entrega correspondente para cada vencimento de tela na ICE. Os efeitos de polarização (4,05%) e custos de frete e elevação são ajustados ao preço índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. A Companhia aplicou essa nova metodologia para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2012.

Análise de sensibilidade para risco de commodities: A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O Cenário Provável foi definido internamente pela área de inteligência de mercado e representa a expectativa da Companhia com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários: Possível e Remoto são os cenários propostos pela Instrução nº 475/08 da CVM. A metodologia utilizada foi a de *delta MTM*, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2012.

Risco de preço das commodities	Cenários Provável	Cenários Possível	Cenários Remoto
Cenários e níveis de preço	**-2,1% ($24,19 c/libra)**	**-25% ($18,53 c/libra)**	**-50% ($12,36 c/libra)**
Não derivativos	(38.484)	(457.179)	(914.359)
Derivativos	30.116	357.770	715.539
Efeito total	(8.368)	(99.409)	(198.820)

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra.

Risco de liquidez: A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2012						
Fornecedores	199.453	199.453	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	2.232.257	391.920	223.665	880.500	736.172	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
NDF	7.857	7.606	251	–	–	–
Contrato a termo	15.804	15.804	–	–	–	–
Futuro de *Commodity*	797	797	–	–	–	–
Outras contas a pagar	25.244	25.244	–	–	–	–
2011						
Fornecedores	426.310	426.310	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.414.118	352.103	220.984	458.858	381.523	650
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
NDF	1.075	1.083	(8)	–	–	–
Swap	31.161	2.240	4.025	1.826	23.070	–
Outras contas a pagar	5.280	5.280	–	–	–	–

Controladora	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2012						
Fornecedores	169.673	169.673	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.348.460	150.779	222.801	697.208	277.672	–
Outras contas a pagar	11.357	11.357	–	–	–	–
2011						
Fornecedores	30.763	30.763	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.025.868	133.247	219.599	457.512	215.510	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
Swap	31.161	2.240	4.025	1.826	23.070	–
Outras contas a pagar	710	710	–	–	–	–

Risco cambial: Exposição à moeda estrangeira - A exposição da Companhia está substancialmente atrelada à variação do dólar americano (USD) nas datas-base apresentadas abaixo:

Consolidado	2012	2011
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	309.598	231.340
Contas a receber de clientes	296.168	277.267
Estoques	327.749	194.472
Adiantamentos a fornecedores	50.049	38.167
Operações com bolsa de valores	52.527	117.085
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	20.737	206.581
Passivo		
Fornecedores	(126.092)	(394.171)
Empréstimos e financiamentos	(1.706.762)	(1.054.870)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(24.458)	(1.075)
Outras contas a pagar	(12.679)	(3.986)
Exposição bruta do balanço patrimonial	(813.163)	(389.190)
Notional derivativos contratados para proteção de risco cambial	120.373	683.617
Exposição líquida	(692.790)	294.427

Controladora	2012	2011
Ativo		
Contas a receber de clientes	–	15.177
Corretoras	672	–
Passivo		
Fornecedores	(788)	(53.989)
Empréstimos e financiamentos	(828.124)	(677.833)
Exposição bruta do balanço patrimonial	(828.240)	(716.645)
Notional derivativos contratados para proteção de risco cambial	828.852	674.399
Exposição líquida	612	(42.246)

A exposição cambial da Companhia refere-se basicamente aos saldos contábeis da operação da Controlada Copersucar Trading. Os valores abaixo compõem o saldo de *Notional* apresentado acima:

Modalidade	Contraparte	Vencimento	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
NDF de Câmbio	Itaú/Deutsche/Standart Chartered/Merril Lynch/JP Morgan/Morgan Stanley/HSBC	2012 a 2013	(703.013)	9.218	5.466	–
Swap Cambial	Itaú/Deutsche/Rabobank/Citibank/Merril Lynch	2012 a 2017	823.386	674.399	823.386	674.399
Total			120.373	683.617	828.852	674.399

Análise de sensibilidade de câmbio: A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de Inteligência de Mercado representa a expectativa da empresa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários possível e remoto são os cenários propostos pela Instrução nº 475/08 da CVM. A metodologia utilizada foi a de *delta MTM*, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2012, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Risco de câmbio	Cenários Provável	Cenários Possível	Cenários Remoto
Cenários e níveis de preço	**0,1% (1,82BRL/USD)**	**25% (2,278 BRL/USD)**	**50% (2,733 BRL/USD)**
Ativo	(1.218)	264.207	528.414
Passivo	2.117	(459.288)	(918.576)
Derivativos	(145)	31.459	62.919
Efeito total	754	(163.622)	(327.243)

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de março de 2012, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. **Risco de taxa de juros: Perfil -** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era: **Instrumentos de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Instrumentos de taxa variável:**

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Ativos financeiros	283.348	299.992	51.392	186.320
Passivos financeiros	(525.495)	(320.850)	(520.336)	(309.637)

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Ganhos (perdas) de instrumentos financeiros derivativos não realizados:** A tabela abaixo sumariza os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2012 e 2011 que afetaram o balanço patrimonial e os valores que afetaram o resultado acumulado da Companhia naquelas datas:

Consolidado

	Efeitos no balanço patrimonial 2012 Ativo	Efeitos no balanço patrimonial 2012 Passivo	Efeitos no Resultado 2012	Efeitos no balanço patrimonial 2011 Ativo	Efeitos no balanço patrimonial 2011 Passivo	Efeitos no Resultado 2011
Fixed-term of commodities	19.681	16.601	(193.723)	206.581	–	157.956
	19.681	16.601	(193.723)	206.581	–	157.956
Non Deliverable Forwards	1.069	7.857	(7.466)	865	1.075	1.870
Swap	41.107	–	72.253	–	31.161	(31.161)
	42.176	7.857	64.787	865	32.236	(29.291)
Total	61.857	24.458		207.446	32.236	
Circulante	40.008	24.458		207.446	7.340	
Não circulante	21.849	–		–	24.896	

Controladora

	Efeitos no balanço patrimonial 2012 Ativo	Efeitos no balanço patrimonial 2012 Passivo	Efeitos no resultado 2012	Efeitos no balanço patrimonial 2011 Ativo	Efeitos no balanço patrimonial 2011 Passivo	Efeitos no resultado 2011
Non Deliverable Forwards	13	–	13	–	–	(16)
Swap	41.107	–	72.253	–	31.161	(31.161)
	41.120	–	72.266	–	31.161	(31.177)
Circulante	19.271	–		–	6.265	
Não circulante	21.849	–		–	24.896	

Valor justo: Valor justo versus valor contábil - Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	2012 Valor contábil	2012 Valor justo	2011 Valor contábil	2011 Valor justo
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.580	373.580	439.889	439.889
Estoques	1.050.262	1.050.262	353.614	353.614
Operações com bolsa de valores	52.527	52.527	117.085	117.085
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	61.857	61.857	207.446	207.446
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	24.458	24.458	32.236	32.236
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	602.614	602.614	880.585	880.585
Operações de mútuo	1.099	1.099	21.074	21.074
Adiantamentos a fornecedores	54.673	54.673	57.166	57.166
Outros créditos	5.119	5.119	2.419	2.419
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	199.453	199.453	426.310	426.310
Empréstimos e financiamentos	2.232.257	2.232.257	1.414.118	1.414.118
Adiantamentos	25.638	25.638	339	339
Outras contas a pagar	25.244	25.244	5.280	5.280

Controladora	2012 Valor contábil	2012 Valor justo	2011 Valor contábil	2011 Valor justo
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	58.723	58.723	195.602	195.602
Estoques	721.530	721.530	158.402	158.402
Operações com bolsa de valores	672	672	–	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	41.120	41.120	–	–
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	–	31.161	31.161
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	289.693	289.693	615.075	615.075
Partes relacionadas	77.314	77.314	23.515	23.515
Adiantamentos a fornecedores	4.482	4.482	18.885	18.885
Outros créditos	2.842	2.842	1.649	1.649
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	169.673	169.673	30.763	30.763
Empréstimos e financiamentos	1.348.460	1.348.460	1.025.868	1.025.861
Adiantamentos	425.595	425.595	54.086	54.086
Outras contas a pagar	11.357	11.357	710	709

Hierarquia de valor justo: A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: • **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • **Mensurações de valor justo de Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2012			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	373.580	–	–
Estoques	–	1.050.262	–
Operações com bolsa de valores	–	52.527	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	61.857	–
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	24.458	–
2011			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	439.889	–	–
Estoques	–	353.614	–
Operações com bolsa de valores	–	117.085	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	207.446	–
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	32.236	–

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2012			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	58.723	–	–
Estoques	–	721.530	–
Operações com bolsa de valores	–	672	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	41.120	–
2011			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	195.602	–	–
Estoques	–	158.402	–
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	31.161	–

24. Compromissos contratuais

Vendas: Considerando que a Companhia opera principalmente no mercado de *commodities*, as vendas são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, os contratos são na sua maioria realizados no curto prazo. O volume contratado, em 31 de março de 2012, para açúcar é de 4.654 mil de toneladas e para o etanol 1.401,8 mil m³. **Compras:** De acordo com o contrato mantido entre a Companhia e sua parte relacionada - Cooperativa, os volumes compromissados em 31 de março de 2012 e 2011 foram de (açúcar em milhões de toneladas e etanol em bilhões de litros):

Compra	2012	2011
Açúcar Branco	1.965	2.022
Açúcar Bruto	3.606	3.797
Total	5.571	5.819
Etanol Anidro	1.959	1.942
Etanol Hidratado	2.046	2.618
Total	4.005	4.560

Logística: A Companhia tem parcerias estratégicas para prestação de serviços de transporte ferroviário com os seguintes fornecedores: **América Latina Logística - ALL -** Prestação de serviços de transporte de açúcar em vagões pela malha ferroviária da ALL até o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento para o exercício de 2028. **América Latina Logística - ALL -** Transporte de etanol pela malha ferroviária da ALL com destino indicado pela Copersucar. O vencimento desse contrato segue as concessões ferroviárias da ALL. **Ferrovia Centro Atlântica - FCA -** Transporte de açúcar do terminal de Ribeirão Preto (SP) para o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2026. **Ferrovia Centro Atlântica - FCA -** Transporte de açúcar do terminal de Serrana (SP) ao terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2012.

25. Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final: As partes controladoras finais da Companhia são os grupos conforme a seguir:

Acionistas - Grupo	Quantidade de ações ordinárias	% Participação
Virgolino Oliveira	41.604.470	10,362229
Zilor	41.584.475	10,357249
Pedra	37.626.550	9,371468
Clealco	25.196.485	6,275570
Cocal	23.509.600	5,855425
Batatais	22.744.390	5,664838
Aralco	21.946.405	5,466088
Viralcool	21.618.675	5,384462
Ipiranga	19.184.175	4,778112
Santa Adélia	19.044.340	4,743284
Balbo	14.134.870	3,520505
São J. da Estiva	12.900.650	3,213104
São Manoel	12.286.185	3,060062
Melhoramentos	11.240.895	2,799717
Ferrari	9.624.830	2,397211
Pitangueiras	9.490.040	2,363640
Furlan	9.413.915	2,344679
São Luiz	8.786.990	2,188534
Umoe Bioenergy	8.036.900	2,001713
Uberaba	6.580.650	1,639011
Pioneiros	6.480.850	1,614155
Cerradão	4.995.445	1,244192
Santa Lúcia	4.718.260	1,175155
Santa Maria	4.212.970	1,049305
Caçu	2.664.625	0,663666
Decal - Rio Verde	1.822.360	0,453887
Outros	51.150	0,012739
	401.501.150	100,000000

Remuneração de pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Companhia é composto pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente Executivo e pelos diretores das áreas: Comercial, Logística e Administrativo-Financeira. Para o exercício findo em 31 de março de 2012, a remuneração do pessoal-chave da administração, totalizou R$ 22.528 (R$ 25.057 para o exercício findo em 31 de março de 2011), e inclui salários, remuneração de curto e longo prazo, benefícios de curto e longo prazo e pós emprego. A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios de empregados de curto prazo	6.720	5.879	6.720	5.879
Benefícios de pós-emprego	756	718	756	718
Benefícios de rescisão de contrato (a)	–	23	–	23
Remuneração Variável Curto Prazo (b)	6.040	5.743	6.040	5.743
Remuneração Variável Longo Prazo (c)	9.012	12.694	9.012	12.694
	22.528	25.057	22.528	25.057

(a) Pagamento de prêmio de seguro de vida, para os funcionários admitidos até novembro de 2005 e que se desligaram da Companhia e se aposentaram. **(b)** Provisão da remuneração variável de curto prazo; **(c)** Parte do montante destacado como benefício de longo prazo trata-se de um bônus concedido ao pessoal-chave e está vinculado ao valor da Companhia baseado na perpetuidade do EBITDA. Esses valores estão provisionados e serão pagos, caso esses a meta seja atingida ao final de três anos. **Outras transações com partes relacionadas:**

	Nota	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Ativo circulante					
Contas a Receber					
Arrepar Participações S.A.		–	7	–	–
Cooperativa		48.311	229.360	14.161	198.746
Copersucar Trading A.V.V.		–	–	15.659	6.790
	9	48.311	229.367	29.820	205.536
Dividendos					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	1.668	1.083
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	–	50.259	–
Sugar Express Transportes S.A.		–	–	141	–
Produpar Participações S.A.		–	21.074	–	21.074
		–	21.074	52.068	22.157
Adiantamento a fornecedores					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	14	242
Cooperativa		–	–	–	–
	12	–	–	14	242
Ativo não circulante					
Mútuo					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	12.260	–
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	–	10.298	56
Produpar Participações S.A.		1.099	–	1.099	–
Sugar Express Transportes S.A.		–	–	1.589	1.302
		1.099	–	25.246	1.358
Passivo circulante					
Fornecedores					
Cooperativa		108.397	261.455	105.545	13.190
Copersucar Trading A.V.V.		–	–	49.183	–
	19	108.397	261.455	154.728	13.190
Adiantamento de recursos					
Cooperativa		–	249	–	249
Arrepar Participações S.A.		–	90	–	90
Copersucar Trading A.V.V.		–	–	399.957	53.747
		–	339	399.957	54.086
Dividendos					
Dividendos a pagar		25.638	–	25.638	–

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Valor da transação do período				
Venda de Produtos				
Cooperativa	43.813	–	–	–
Copersucar Trading A.V.V.	–	–	183.090	210.102
	43.813	–	183.090	210.102
Venda de Serviços				
Arrepar Participações S.A.	–	299	–	–
Cooperativa	47.182	28.041	–	–
Aluguel - Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	670	555
	47.182	28.340	670	555
Aquisição de Produtos				
Arrepar Participações S.A.	–	(19.200)	–	–
Cooperativa	(7.369.604)	(4.630.168)	(3.680.204)	(2.222.876)
Copersucar Trading A.V.V.	–	–	(116.444)	–
	(7.369.604)	(4.649.368)	(3.796.648)	(2.222.876)
Aquisição de Serviços				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A.	–	–	(2.397)	(2.877)
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	(1.733)	–
	–	–	(4.130)	(2.877)
Financeiro - Juros				
Produpar Participações S.A.	83	–	83	–
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	469	–
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	–	–	98	–
Sugar Express Transportes S.A.	–	–	192	–
	83	–	842	–

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa, Arrepar Participações S.A. e Produpar Participações S.A.) e referem-se basicamente a: **Venda/Aquisição de bens e serviços -** Operações de compras e vendas de produtos (açúcar e etanol) e serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. **Valores ativos -** (a) Adiantamentos efetuados para aquisição de produtos e serviços, (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos; (c) Aluguel de propriedades e (d) Dividendos a receber de controladas diretas. **Valores passivos -** (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento de produtos e serviços e (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos. **Contrato de fornecimento com a Cooperativa:** A Companhia possui contrato de exclusividade, assegurando direta ou indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas para aquisição de açúcar e etanol junto à Cooperativa, pelo prazo de dois anos e seis meses, sendo renovado a cada exercício/safra. As quantidades a serem entregues são firmadas mensalmente para um volume que contempla um cenário de seis meses subsequentes, de forma que a partir desse momento a Cooperativa passa a ter responsabilidade pela entrega ou mesmo pelas eventuais quantidades não entregues, se excedido o limite de quebra contratado. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato junto à Cooperativa. O contrato garante, ainda, acesso a determinadas instalações essenciais para a condução dos negócios da Companhia, tais como aquelas destinadas ao armazenamento de etanol e açúcar provenientes da Cooperativa e das usinas associadas. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2%. Os faturamentos e pagamentos relativos aos produtos adquiridos ocorrem por meio do índice CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2% estimado do próprio mês e no fechamento do exercício/safra é efetuada a liquidação financeira das diferenças apuradas entre esses faturamentos e o índice efetivo do CEPEA/ESALQ mais prêmio de 2%. Os valores dos ajustes apurados no exercício/safra foram registrados no custo das mercadorias vendidas. O contrato possui como intervenientes garantidores das operações de venda de açúcar e etanol as usinas associadas à Cooperativa. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avalizados pela parte relacionada Cooperativa:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Banco	Vencimento	Valor	
Copersucar S.A.	NCE (em US$)	Itaú	27-10-2015	108.763	
Copersucar S.A.	NCE (em US$)	Deutsche	14-03-2013	72.980	
Copersucar S.A.	NCE (em US$)	Deutsche	01-08-2013	65.929	
Copersucar S.A.	NCE (em US$)	Rabobank	09-03-2014	63.827	
Copersucar S.A.	NCE (em US$)	Citibank	26-06-2014	136.801	
Copersucar S.A.	Resolução 4131 (em US$)	Merril Lynch	23-09-2013	109.378	(a)
Copersucar S.A.	Resolução 4131 (em US$)	Brasil	29-11-2013	270.447	(a)
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Standard Chartered	16-05-2016	94.327	
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Rabobank	17-03-2014	182.469	
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Brasil	01-03-2017	273.450	
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação	Standard Chartered	26-02-2015	91.292	
Copersucar Trading AVV	WCP	Sumitomo	06-08-2012	82.042	
Copersucar Trading AVV	WCP	Bradesco	04-05-2012	91.267	
Copersucar Trading AVV	WCP	Santander	25-04-2012	63.791	
Copersucar S.A.	NCE	Safra	05-02-2013	147.167	
Copersucar S.A.	NCE	Brasil	17-03-2014	120.182	
Cia. Auxiliar	FINAME	Bradesco	15-12-2016	2.580	(b)
Cia. Auxiliar	FINAME	Brasil	15-12-2016	2.578	(b)
				1.979.270	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados e garantidos também por estoque pela parte relacionada. **(b)** Empréstimos e financiamentos avalizados e garantidos por ativo imobilizado. **Garantias ou avais e fianças concedidas a partes relacionadas:** A Companhia garante os seguintes empréstimos e financiamentos para sua parte relacionada Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Banco	Vencimento	Valor	
Cooperativa	ACC	Bradesco	2012	22.935	
Cooperativa	ACC	Citibank	2012	26.767	
Cooperativa	ACC	Bradesco	2012	47.387	
Cooperativa	ACC	Merril Lynch	2013	23.887	
Cooperativa	ACC	Credit Agricole	2013	23.910	
Cooperativa	ACC	Merril Lynch	2013	46.739	
Cooperativa	PROCER	Banco do Brasil	2012	172.575	
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	8.370	
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	8.370	
Cooperativa	PROCER	ABC	2012	7.722	
Cooperativa	Warrantagem	Banco do Brasil	2012	183.385	(a)
Cooperativa	Warrantagem	Banco do Brasil	2012	86.970	(a)
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	94.213	
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	32.980	
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	33.584	
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	15.074	
Cooperativa	Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	2012	47.715	
				882.583	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados e garantidos também por estoque pela parte relacionada.

26. Patrimônio líquido

O capital social integralizado da Companhia é de R$ 80.300.230 (oitenta milhões, trezentos mil e duzentos e trinta reais) em 31 de março de 2012 e 2011, representado por 401.501.150 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e um mil e cento e cinquenta) ações ordinárias em 31 de março de 2012 e 80.300.230 (oitenta milhões, trezentos mil e duzentos e trinta) ações ordinárias em 2011, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo as ações já emitidas. **Reserva de lucros: Reserva legal -** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros -** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2012 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e que está a disposição dos acionistas. **Ajustes de avaliação patrimonial -** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.

27. Lucro líquido por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 31 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	102.552	355.486	102.552	355.486
Média ponderada de ações em circulação (b)	401.501	80.300	401.501	80.300
Lucro básico e diluído por ação ordinária (a)/(b)	0,26	4,43	0,26	4,43

28. Receita operacional

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Vendas de produtos				
Açúcar	6.296.063	4.472.033	720.190	667.525
Etanol	4.598.082	3.721.766	3.501.587	3.005.985
Instrumento financeiro derivativo realizado	249.924	32.222	–	–
Prestação de serviços	82.767	49.323	17.955	3.826
	11.226.836	8.275.344	4.239.732	3.677.336

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Receita bruta fiscal	11.513.485	8.822.280	4.767.275	4.249.872
Menos:				
Impostos sobre vendas	(525.191)	(569.693)	(525.184)	(569.682)
Impostos sobre serviços	(10.853)	(7.479)	(1.830)	(868)
Devoluções/abatimentos	(529)	(1.986)	(529)	(1.986)
	10.976.912	8.243.122	4.239.732	3.677.336
Instrumento financeiro derivativo realizado	249.924	32.222	–	–
	11.226.836	8.275.344	4.239.732	3.677.336

29. Outras receitas

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Prêmio por antecipação do embarque (*Despatch*)	3.977	3.059	–	–
Provisões judiciais	589	–	–	–
Aluguel de imóveis	155	–	670	556
Outras	761	1.882	370	172
	5.482	4.941	1.040	728

30. Outras despesas

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Despesas com estadia de navio no porto (*Demurrage*)	(905)	(40.353)	–	(3)
Corretagem/tarifas	(6.217)	(3.911)	(1.124)	(141)
Doações	(662)	–	(657)	–
Judicial trabalhista	(248)	–	–	–
Perda em Participações Societárias	(108)	(2.184)	(108)	(2.184)
Outras	(746)	(2.841)	(168)	(750)
	(8.886)	(49.289)	(2.057)	(3.078)

31. Financeiras líquidas

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Receitas e despesas financeiras				
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	16.155	32.344	14.424	31.148
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	293.184	8.770	100.985	1.383
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	41.244	1.870	41.120	–
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	189.887	26.007	189.887	26.007
Juros sobre clientes	117	4.199	179	3.905
Descontos obtidos	169	–	24	–
Variação cambial de clientes	27.828	13.844	27.792	1.946
Variação cambial de fornecedores	214.165	–	2.494	–
Variação cambial controladas no exterior	126.057	–	–	–
Outras receitas financeiras	1.340	83	2.016	850
	910.146	87.117	378.921	65.239
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(96.507)	(31.555)	(75.700)	(20.577)
Juros líquidos - corretoras	(728)	(1.234)	–	–
Comissões e despesas bancárias	(5.442)	(381)	(2.300)	–
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(292.100)	(315)	(292.100)	(315)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(380.118)	(14.792)	(153.113)	(14.511)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	23.542	(31.161)	31.145	(31.177)
Descontos concedidos	(11.813)	(460)	(10.890)	(392)
Variação cambial de clientes	(4.777)	(14.808)	(4.777)	(3.921)
Variação cambial de fornecedores	(239.768)	–	(1)	–
Variação cambial controladas no exterior	(95.779)	(32.742)	–	–
Imposto sobre operações financeiras	(306)	(334)	(3)	(167)
Outras despesas financeiras	(2.441)	(223)	(1.946)	–
	(1.106.237)	(128.005)	(509.685)	(71.060)
	(196.091)	(40.888)	(130.764)	(5.821)

32. Despesas por natureza

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	(10.334.558)	(7.860.311)	(4.080.385)	(3.643.066)
Mudança no valor justo dos estoques	(42.990)	83.360	(36.767)	54.239
Depreciação e amortização	(2.012)	(11.156)	(1.987)	(1.262)
Despesas com pessoal	(60.827)	(59.409)	(24.245)	(56.264)
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	(139.465)	(117.090)	(45.198)	(16.416)
Outras despesas	(199.841)	(19.920)	(69.780)	(16.561)
	(10.779.693)	(7.984.526)	(4.258.362)	(3.679.330)
Classificado como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(10.549.444)	(7.790.579)	(4.162.351)	(3.588.827)
Administrativas	(58.352)	(55.141)	(50.813)	(48.578)
Vendas	(171.897)	(138.806)	(45.198)	(41.925)
	(10.779.693)	(7.984.526)	(4.258.362)	(3.679.330)

33. Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Controladora 2012	Controladora 2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	50.838	355.021	51.676	352.830
Resultado de equivalência patrimonial	3.087	8.185	991	4.141
Resultado de empresa sediada no exterior	(199.492)	(367.136)	(203.078)	(367.136)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(145.567)	(3.930)	(150.411)	(10.165)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	49.541	1.360	51.140	3.480
Adições permanentes:				
Multas	(205)	–	(198)	–
Doações	(367)	–	(365)	–
Variação em participação	–	(742)	–	(742)
Outras	(77)	(115)	(21)	(82)
Exclusões permanentes:				
Benefícios de parcelamentos imposto Lei 11.941	–	65	–	–
Ajuste IRPJ/CSLL - Societário	3.313	–	–	–
Outras	40	–	35	–
Deduções do IRPJ - PAT e Patrocínio	285	–	285	–
Utilização de prejuízo fiscal não constituído	42	–	–	–
Prejuízo fiscal não constituído	(858)	(103)	–	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	51.714	465	50.876	2.656
Alíquota efetiva	34%	12%	34%	26%
Impostos correntes	7.087	(17.810)	8.975	(14.525)
Impostos diferidos	44.627	18.275	41.901	17.181
Impostos societário	–	–	–	–
Total	51.714	465	50.876	2.656

34. Benefícios a empregados

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os descriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica:** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica, onde desde 01/07/2011 não há contribuição mensal dos funcionários nessa mensalidade. De acordo com a Lei 9.656/98, é previsto, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes que para os funcionários ativos, desde que o funcionário tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas abaixo e assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: **Demitidos sem justa causa ou exonerados -** O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. **Aposentados - Para funcionários com vínculo igual ou superior a 10 anos e idade igual ou superior a 45 anos em 01/07/2011:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pelo tempo que desejar. **Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por empresa terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes. **Premissas utilizadas para os cálculos:** Premissas financeiras e econômicas

	2012	2011
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa nominal de desconto atuarial	10,77%	10,77%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - inflação médica	7,63% (1)	7,63% (1)
Taxa de crescimentos dos custos médicos por faixa etária - *aging factor*	3,00% (1)	3,00% (1)
Premissas Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-83 (2)	AT-83 (2)
Tábua de rotatividade - (término de vínculo empregatício)	Vide nota (3)	Vide nota (3)
Entrada em aposentadoria	100% elegibilidade	100% elegibilidade

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano.
(2) Tábua de mortalidade geral diferenciada por sexo.
(3) Taxa de rotatividade inversamente proporcional ao tempo de serviço prestado à Companhia: 15 / TS + 1.
Não foram apurados efeitos sobre a variação da taxa de crescimento dos custos com Planos de Saúde no exercício.
Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

	2012	2011
Ativos		
Frequência	192	207
Idade média	45	43
Tempo de plano	0,9	1,5
Tempo de serviço futuro	12,0	12,2
Assistidos em gozo de benefício		
Frequência	1	1
Idade média	56	57
Expectativa de sobrevida	25,4	24,6

Estatísticas de frequência, idade, tempo de serviço, tempo de serviço futuro e expectativa de sobrevida referem-se aos empregados da Companhia. Estatísticas de custo consideram o grupo familiar hipotético formado pelo titular e cônjuge, a esposa é considerada 2 anos mais jovem. **Seguro de vida:** Para os empregados incluídos neste benefício até 2005, a Companhia garantia na aposentadoria do empregado o pagamento do prêmio do seguro de forma vitalícia, gerando com isso um benefício pós-emprego. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado pela Companhia durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

A Companhia também submeteu esse benefício a uma avaliação atuarial e não efetuou nenhum ajuste, pois os valores não foram considerados relevantes. **Premissas utilizadas para os cálculos: Premissas financeiras e econômicas:**

	2012	2011
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	5,90%	4,50%
Taxa nominal de desconto atuarial	11,30%	10,77%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos do plano	8,02	6,59%
Premissas Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-83 (1)	AT-83 (1)

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano.

Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

	2012	2011
Assistidos em gozo de benefício		
Frequência	2	2
Idade média	66	65
Expectativa de sobrevida	19,2	18,1
Benefício médio mensal	139,77	199,20

(1) Refere-se ao benefício de pagamento de prêmios de seguro de vida, conforme contrato firmado com seguradora, atualmente mantido com taxa de 0,00863 sobre a remuneração mensal do participante assistido. **Outros benefícios de longo prazo:** Com base em seu programa de benefícios, a Companhia provisionou, até o exercício findo em 31 de março de 2012, a quantia de R$ 30.900 referente a um bônus estabelecido para um período de três anos, sendo 50% com vencimento no prazo de um ano, para os seguintes profissionais:

	2012	2011
Pessoal-chave	24.720	12.694
Outros executivos	6.180	9.194
	30.900	21.888

35. Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Até um ano	9.141	6.721	4.205	4.074
Acima de um ano - Até cinco anos	38.840	31.984	18.697	19.826
Mais de cinco anos	125.050	5.451	–	5.451
Total	173.031	44.156	22.902	29.351

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2012	2011
Despesa com arrendamento mercantil operacional	8.239	6.136

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos, a partir de 07 de março de 1996 e em 27 de junho de 2011 foi renovado para mais 20 anos a partir de 07 de março de 2016. As principais cláusulas restritivas do contrato de arrendamento mercantil são: • Desvio do objeto contratual pelo arrendatário; • Dissolução do arrendatário; • Subarrendamento; • Transferência do arrendamento, sem prévia autorização pela CODESP; • Cessação de mais de 3 (três) pagamentos mensais pelo arrendatário; • Interrupção da execução do contrato sem causa justificada; • Operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentos aplicáveis; • Descumprimentos de decisões judiciais. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. A Companhia também é arrendatária de uma área localizada em município e comarca de Guarujá-SP de aproximadamente 47.333 m². O prazo de vigência do contrato é de 5 anos, iniciando-se em 01 de março de 2011, podendo ser renovado por igual período. **Arrendamentos como arrendador:** A Controladora arrenda sua propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional (ver nota explicativa 16) para uma parte relacionada, a Copersucar Armazéns Gerais. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	2012	2011
Até um ano	670	668

Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, o montante de R$ 670 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Controladora.

	2012	2011
Receita com arrendamento mercantil operacional	670	555

36. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

37. Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado consolidadas e individuais. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido a entidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luís Roberto Pogetti

Conselheiros
Antonio José Zillo
Antonio Eduardo Tonielo
Carlos Dinucci
Carlos Ubiratan Garms
Clésio Antonio Balbo
Geraldo José Carbone
Hermelindo Ruete de Oliveira
José Luciano Duarte Penido
Leopoldo Titoto
Norberto Bellodi

DIRETORIA

Diretor Presidente
Paulo Roberto de Souza

Diretores
Luís Felipe Schiriak — Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Soren Hoed Jensen — Diretor Comercial
Maurício de Mauro — Diretor de Planejamento
Alexandre Mattos Setten — Diretor de Logística

CONSELHO FISCAL

Efetivos
Antonio Celso Roxo
José Roberto Capelari
Nilton José Andreotti Filho

Suplentes
Sérgio Roberto Nicoletti
Fernando Ometto Zancaner
Antonio Sérgio Ferreira

Carlos Cavalcante Guimarães
CRC-TC 1SP 194441/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Conta de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 18 de maio de 2012, os Senhores Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 23 de maio de 2012

Antonio Celso Roxo
Conselheiro

José Roberto Capelari
Conselheiro

Nilton José Andreotti Filho
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da **Copersucar S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copersucar S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Copersucar S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As aquisições de açúcar e etanol da Companhia são realizadas substancialmente junto à parte relacionada, de acordo com as condições comerciais descritas na nota explicativa 25. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato com essa parte relacionada. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador - CRC 1SP160909/O-3